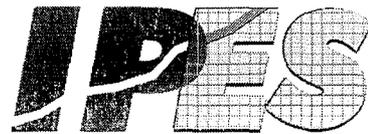




**Governo do
Espírito Santo**
Coordenação Estadual
de Ciência e Tecnologia



INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES

**MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO:
DIAGNÓSTICOS SINTÉTICOS EM VISTA DA ELABORAÇÃO
DO PLANO PLURIANUAL (PPA)**

1J01020
45/2009

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - COECT
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO
JONES DOS SANTOS NEVES - IPES

**MICRORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO:
DIAGNÓSTICOS SINTÉTICOS EM VISTA DA ELABORAÇÃO DO
PLANO PLURIANUAL (PPA)**

Vitória, 2003

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Paulo César Hartung Gomes

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - COECT
Fernando Luiz Herkenhoff Vieira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS
SANTOS NEVES - IPES
Maria José Schuwartz Ferreira

DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
Rogério Brasil Pereira

DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Andréa Figueiredo Nascimento

APRESENTAÇÃO

O presente documento, compilado do trabalho elaborado pelo Instituto Jones do Santos Neves em 2000, *Elementos para diagnósticos municipais*, tem como objetivo responder a uma demanda feita a este Instituto pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Ofício n.º 123 / Seplog / Gabsec, datado de 12 de março de 2003.

A necessidade daquela Secretaria coloca-se no âmbito de dados e informações¹ sobre as Microrregiões Administrativas de Gestão para subsidiarem a elaboração do Plano Plurianual (PPA), referente ao quadriênio 2004–2007.

Mesmo havendo uma defasagem natural no texto, pois à época da sua elaboração ainda não existiam os dados do Censo 2000, acreditamos que o mesmo seja útil para uma primeira leitura e aproximação das microrregiões apresentadas. Além do mais, são aqui propostas várias linhas de intervenção para cada espaço microrregional que podem, no marco de uma visão sintética e geral, contribuir com aquele objetivo.

Na perspectiva de uma visualização e entendimento mais atualizado dos espaços explicitados, outros passos serão dados (vide proposta anexa), de acordo com os entendimentos mantidos pela Seplog junto à Direção deste Instituto.

¹ “(...) sobre população, produção econômica, as condições de saúde, educação, emprego e violência e finanças municipais.”

SUMÁRIO

PÁGINA

1. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA	6
2. MICRORREGIÃO PÓLO LINHARES	18
3. MICRORREGIÃO METRÓPOLE EXPANDIDA SUL	29
4. MICRORREGIÃO CENTRAL SERRANA	35
5. MICRORREGIÃO SUDOESTE SERRANA	40
6. MICRORREGIÃO LITORAL NORTE	44
7. MICRORREGIÃO EXTREMO NORTE	52
8. MICRORREGIÃO PÓLO COLATINA	58
9. MICRORREGIÃO NOROESTE 1	69
10. MICRORREGIÃO NOROESTE 2	76
11. MICRORREGIÃO PÓLO CACHOEIRO	86
12. MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ	93

1. REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA²

Com uma área total de 3.252,4 km² e população estimada para 1998 (IBGE) de 1.237.248 hab., a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) é composta pelos municípios de Cariacica (313.427 hab.), Vila Velha (312.059), Serra (292.527), Vitória (269.135) e Viana (50.100). Sua área corresponde a 3,1% da área territorial do ES e a população para 1998, a 42,7% da população total do ES. A densidade demográfica da região metropolitana para 1998 é de 856,6 hab/km², enquanto a do ES é de 62,7 hab/km². A seguir, as densidades demográficas dos respectivos municípios: Vitória (2.826,5 hab/km²), Vila Velha (1.476,4), Cariacica (1.144,1), Serra (529,3) e Viana (161,0). A densidade da região metropolitana para 1998 está muito acima da do ES (quase 14 vezes!). Observa-se que apenas a relação para Viana aproxima-se da do Estado; mesmo assim, é maior que esta 2,5 vezes. A explicação para a alta densidade de Vitória está no pequeno tamanho do seu território, que ocupa uma área inferior a 100 km². Por outro lado, Vila Velha e Cariacica estão praticamente no mesmo patamar. Por fim, pode-se afirmar que a Região Metropolitana da Grande Vitória — à exceção de Viana —, como qualquer metrópole/megalópole, apresenta um grande inchaço populacional: 42,7% da população estadual ocupa apenas 3,1% do território!

A Grande Vitória não concentra apenas população: também 57,9% dos empregos no comércio, 86,7% no setor serviços e mais de 60% no setor industrial. Quanto aos empregos urbanos, a metrópole concentra mais de 68%. Considerando-se, entretanto, os empregos gerados na malha urbana pelas grandes empresas, a participação da Grande Vitória em relação ao Estado é a seguinte: 71% no comércio, 95% nos serviços, 72,7% na indústria e 83,5% na média de tais postos de trabalho gerados.

Subordinando a rede urbana de todo o Espírito Santo e frações dos estados vizinhos, desempenha o papel de metrópole completa no cenário estadual, enquanto no cenário nacional classifica-se como metrópole incompleta. Exerce função de cidade regional de toda a macrorregião e de cidade local para amplo espaço, no qual inibe o desenvolvimento de cidades locais completas. É o centro de decisões, informações e transações e de prestação de serviços públicos, além de difusão cultural e tecnológica.

Sua área metropolitana apresenta uma divisão funcional interna até recentemente bem caracterizada, mas vem-se mesclando gradualmente; daí a necessidade de regulamentação normativa em âmbito microrregional, incluindo área de usos centrais, portuários, industriais, turísticos, público, de serviços sofisticados e residenciais dos diversos segmentos de uma sociedade que se torna cada vez mais complexa.

² Não somente para a caracterização, mas igualmente para a elaboração de propostas, compilou-se partes do documento IJSN. *Região Metropolitana da Grande Vitória: subsídios para sua consolidação*. Vitória: S.n.t., 1997, 62 p.

Para esse espaço convergem os sistemas logísticos de transporte e os corredores produtivos dos diversos setores econômicos hegemônicos. Tem, assim, atribuição de especialização portuária e serviços de exportação, atendendo a uma hinterlândia da qual é centro privilegiado de retenção de excedentes. Esse caráter determina formas diferenciadas de subordinação desses espaços e específicas funções metropolitanas de uma economia integrada.

Esta lógica trouxe como consequência um acelerado processo de crescimento e industrialização, a par de seu frágil ecossistema, que fica, assim, submetido a pressões múltiplas e de alta magnitude. Além das dificuldades relativas ao saneamento, seu abastecimento hídrico e alimentar só se viabiliza a partir de territórios externos, cujo comprometimento há que se evitar. Também a sua qualidade paisagística e ambiental, apesar de se constituir o mais valioso bem da economia turística, tem sofrido consequências destrutivas.

A estrutura urbana intrica-se, a circulação congestionada-se, o espaço segrega socialmente, o sistema excludente amplia os contrastes quanto a oportunidades de educação, saúde, saneamento e moradia, e as contradições suscitam as várias formas de violência; o crescimento da cidade revela sua outra face, a das contradições intrínsecas ao crescimento desequilibrado.

Atividades agropecuárias

Segundo o IBGE (1995/96) e os escritórios locais da Emcaper, a RMGV possui as seguintes atividades agropecuárias mais importantes: cultivo do arroz, apicultura, bananicultura, avicultura (de corte e de postura), cafeicultura, cultivo da cana-de-açúcar, do feijão, fruticultura de clima tropical (abacate, abacaxi, citros, coco-da-baía, mamão e maracujá), heveicultura, produção de lã, cultivo da mandioca, do milho, olericultura, pecuária leiteira e de corte, cultivo da pimenta-do-reino, suinocultura e outras criações (eqüinos, muares, coelhos, ovinos e caprinos, codornas, rãs e javalis). Ainda segundo o IBGE, as principais atividades do ponto de vista do valor bruto da produção são: café (40,3% do total), banana (25,9%) e cana-de-açúcar (22,5%), que representam 88,6% do valor total. Quanto à produção total (em tonelada), destacam-se: a cana-de-açúcar (66,4%), o café (13,9%), a mandioca (8,3%) e a banana (5,4%). No que concerne à área apropriada pelas culturas, temos: o café (37,3%), a banana (29,3%), a cana-de-açúcar (9,8%), a mandioca (9,7%) e o milho (6,5%).

Agroindústrias

A presença de agroindústrias é visualizada principalmente pelas seguintes atividades: processamento de polpa de frutas, fábricas de aguardente, produção de queijos artesanais, de farinha de mandioca, de aipim congelado, empacotamento de leite (incluindo o de cabra) e processamento de carne suína.

Atividade pesqueira e processamento do pescado

Em âmbito estadual, trata-se da porção que mais se destaca, principalmente no sul e ao norte da região. Os municípios que mais sobressaem são os de Vitória, Vila Velha e Serra (Nova Almeida e Jacaraípe).

As tabelas seguintes mostram que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Construção civil	326	11,16	16.867	27,45
Alimentos	521	17,85	11.224	18,26
Metalúrgico	176	6,02	6.576	10,70
Vest. calç. e artef. de tecidos	524	17,95	4.821	7,85
Minerais não-metálicos	221	7,57	3.895	6,35
Serviços de rep. e cons.	292	10,00	2.748	4,47
Mecânico	159	5,45	2.158	3,50
Serviços ind. de util. públ.	20	0,68	2.035	3,30
Têxtil	9	0,30	1.664	2,70
Mat. elétr. e de comunicação	84	2,90	1.637	2,66
Extração de minerais	22	0,75	1.169	1,90
Material plástico	30	1,02	967	1,57
Mobiliário	174	5,95	847	1,40
Madeira	38	1,30	795	1,29
Bebidas	14	0,50	771	1,25
Editorial e gráfica	103	3,52	766	1,24
Químico	30	1,01	668	1,08
Borracha	16	0,55	544	0,90
Serviços de informática	59	2,02	343	0,55
Diversas	62	2,12	303	0,50
Material de transporte	17	0,58	247	0,40
Papel e papelão	5	0,17	169	0,27
Perfumaria, sabões e velas	9	0,30	169	0,27
Farmacêutico e veterinário	5	0,17	72	0,12
Couros, peles e similares	4	0,13	11	0,07
Microrregião (total)	2.920	100,00	61.466	100,00

Fonte: Fines / Ideias

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Serra	654	22,40	20.115	32,73
Vitória	781	26,75	16.973	27,61
Vila Velha	976	33,42	14.404	23,43
Cariacica	436	14,93	7.340	11,94
Viana	73	2,50	2.634	4,29
Microrregião (total)	2.920	100,00	61.466	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	2.920	46,75	61.466	53,32
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) de acordo com o critério “pessoal ocupado”, os gêneros que mais se destacam na RMGV são: construção civil (27,5% do total), alimentos (18,3%), metalúrgico (10,7%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (7,8%) e minerais não-metálicos (6,3%); b) quanto ao número de unidades instaladas, cinco gêneros são mais importantes: vestuário, calçados e artefatos de tecidos (17,9%); alimentos (17,8%); construção civil (11,2%); serviços de reparos e conservação (10%); minerais não-metálicos (7,6%) e metalúrgico (6%); b) no *ranking* dos municípios, Serra é o que mais emprega (com 32,7% do total do pessoal ocupado) e Vila Velha é o que possui o maior número de plantas (33,4% do total). Cariacica situa-se num patamar inferior ao dos outros três municípios mais industrializados, e Viana apresenta sua especificidade e atipicidade dentro do contexto metropolitano; c) com 2.920 unidades instaladas e ocupando 61.466 pessoas, a RMGV possui praticamente a metade das plantas instaladas do ES e emprega mais da metade dos trabalhadores da indústria capixaba.

Centros/distritos industriais

Sobressai-se a Serra, com quatro unidades; depois, Vila Velha, com duas, e, por fim, Cariacica, com apenas uma.

Comércio e serviços

Hoje é o setor mais dinâmico da economia regional, sobretudo os serviços na área do comércio exterior e distribuição de produtos em larga escala. Igualmente, a importância dos serviços no campo da informática. Este setor (serviços) concentra as atividades que melhor definem o perfil econômico da RMGV. O dinamismo de sua economia é resultante principalmente da oferta de serviços de comércio exterior, do apoio à economia urbano-industrial da Grande Vitória, além do crescimento das atividades turísticas. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 1997, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor empregava, naquele ano, 267.976 pessoas, o que representava 71,4% do total dos postos de trabalho formal existentes na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Agências de desenvolvimento local

Existem apenas duas: uma na Serra e outra em Cariacica.

Finanças

Os quadros seguintes mostram a situação das finanças dos cinco municípios:

Ordem	Município	Receita Total (Em R\$, Dez/1998)	%
1	Vitória	295.636.496,25	51,5
2	Serra	109.130.971,48	19,0
3	Vila Velha	83.048.459,00	14,5
4	Cariacica*	58.848.665,78	10,3
5	Viana	26.812.983,19	4,7

Fonte: Prefeituras municipais

(*) Receita total orçamentária, exceto convênios

Ordem	Município	Receita Total Per Capita*
1	Vitória	1.098
2	Viana	535
3	Serra	373
4	Vila Velha	266
5	Cariacica	188

(*) Em reais de dezembro de 1998

a) apontam claramente para uma extrema concentração dos recursos no município de Vitória em detrimento dos demais, sobretudo de Cariacica, tendo este de arcar com altos custos sociais, sem capacidade de caixa para cobrir tais custos ou reverter minimamente os problemas sociais; b) a receita total *per capita* revela-nos um segundo lugar no *ranking* para Viana, que não expressa o desenvolvimento urbano daquele município em relação aos demais; entretanto, mantém Cariacica como o mais pobre dos cinco, reforçando a afirmação do item anterior. Na verdade, os números apenas mostram o que já sabemos empiricamente: um processo de desintegração da Região Metropolitana da Grande Vitória, que existe enquanto região constituída e ordenada apenas na retórica e no papel. O que prevalece mesmo é a velha política de cada município resolver seus próprios problemas, como se não dependessem uns dos outros. Dando continuidade a esta prática indesejável, os chamados “fatores de desaglomeração” sempre haverão de prevalecer na RMGV, como: crescentes desigualdades sociais, alto índice de violência, descontrole dos problemas ambientais, trânsito cada vez mais caótico, sobretudo na capital, entre outros.

Consórcios Intermunicipais

Quanto aos consórcios intermunicipais, existem apenas três mais destacados: “Costa Verde Coral”, “Bacia do Rio Jacuném x Santa Maria” e “Turístico”. Isto vem reforçar o que se afirmou no parágrafo anterior, pois tais iniciativas vêm ganhando cada vez mais terreno nas municipalidades do interior; ou seja, naquele espaço mais pobre e desprovido de meios cresce a consciência dos prefeitos e dos cidadãos em geral de que os problemas básicos dos municípios só serão resolvidos quando unirem suas forças: dependendo da sua magnitude, a municipalidade não dispõe de recursos materiais / humanos / equipamentos para tal arrostamento.

Turismo

Esta é uma das vocações naturais da RMGV, devido à sua posição geográfica privilegiada. Ao contrário, por exemplo, de São Paulo, que dista em torno de 250 km das regiões de clima de montanhas, a Grande Vitória guarda proximidade tanto em relação às praias, quanto às montanhas, cujo clima nada deixa a desejar aos considerados melhores do Brasil. Os maiores destaques ficam para Vitória, Vila Velha e Serra. Em 1997, passaram por Vitória 840 mil turistas. Já na Serra, em 1999, houve uma receita bruta de R\$ 14,114 milhões, proveniente desta atividade. Também é importante assinalar a presença (embrionária) do eco e agroturismo em Cariacica, bem como sua potencialidade em Viana.

Muito há que fazer para melhorar, por exemplo, a infra-estrutura de nossas cidades com potencial turístico. O congestionamento tem sacrificado cidades como Guarapari, que necessita urgentemente de um plano diretor. O mesmo se dá com a Grande Vitória.

Do ponto de vista do entrelaçamento entre a atividade turística e a necessidade cada vez maior de preservação do meio ambiente, somente para efeito de exemplificação, as lagoas de Jacuném e Capuba, situadas no município da Serra, além do Mestre Álvaro, possuem uma potencialidade de lazer e de turismo excepcional, além de *locus* de estudos ambientais, sobretudo este último, podendo-se descortinar do seu pico uma significativa extensão do litoral, próximo à hinterlândia da Grande Vitória. Entretanto, tais áreas estão sendo descaracterizadas a cada dia em decorrência de ocupações indevidas; por outro lado, o rio Jacaraípe também se descaracteriza. Também nos outros quatro municípios existem várias situações semelhantes.

Abastecimento de água

A disponibilidade de água tratada (especialmente para o uso industrial) da Grande Vitória está em seu limite, considerando os problemas que hoje envolvem o sistema do rio Jucu, sobretudo o processo de assoreamento do leito, poluição das águas e vazão. Assim, para as próximas décadas, haverá que se encontrar uma solução adequada para o problema.

Conformação

Diferentemente de outras regiões metropolitanas do País, que são, de maneira geral, conformadas por um número elevado de municípios, a exemplo da Região Metropolitana de S. Paulo (RMSP), com 39 unidades administrativas, a RMGV constitui-se de reduzido número de municípios, o que lhe confere uma característica fundamental de homogeneidade físico-territorial, favorecendo, de certo modo, a execução de um planejamento global integrado.

Não apresentando fortes discontinuidades do tecido urbano e distâncias entre municípios que possam dificultar a percepção destes enquanto componentes de uma mesma região, o tecido urbano da RMGV apresenta uma certa homogeneidade, que dificulta a percepção de deslocamentos entre as unidades administrativas. Mesmo as pontes que interligam a capital ao continente, dadas suas condições de estreita integração aos sistemas viários municipais, não constituem marcos significativos de ruptura no espaço metropolitano. Assim, as diferenciações intramunicipais são dadas não por marcos explícitos que evidenciem a passagem de um município para outro, mas, sim, pela própria configuração interna do tecido urbano de cada município.

Dessa forma, a unidade metropolitana acaba por ceder à expansão individual de seus municípios, reduzindo-se ao primarismo do somatório de áreas naturalmente conurbadas, percebendo-se a existência de uma contraposição entre diversas ações implementadas.

Também em relação aos investimentos públicos, nota-se forte desproporção entre as ações empreendidas no âmbito dos municípios, quando comparadas àquelas que se dão na totalidade do espaço metropolitano. Como exemplo, a implantação de equipamentos de serviços públicos, tais como hospitais, acontece de forma generalizada em âmbito municipal, o que compromete o dimensionamento e os custos de equipamentos, que, em última instância, terão atendimento na esfera metropolitana. Assim, a apropriação de vantagens decorrentes da homogeneidade da RMGV que facilitariam a adoção de uma política comum que promovesse o planejamento e a implantação de equipamentos em dimensão de atendimento metropolitano, acaba por ceder lugar à pulverização desses equipamentos em unidades municipais.

Transporte urbano

Este tema na RMGV passa, fundamentalmente, por três pontos mais importantes: a municipalização do trânsito, a integração do transporte coletivo e os investimentos do projeto Transcol II.

Vale ainda destacar que a atualização do PDTU representará o diagnóstico da situação atual e a proposição de medidas de curto, médio e longo prazos para a RMGV no que diz respeito tanto aos sistemas viário e de transporte coletivo, como ao de circulação de cargas. Além disso, deverá nortear os próximos investimentos do poder público na área de transportes e o desenvolvimento urbano da região metropolitana.

Resíduos

Além da poluição atmosférica, das águas fluviais e marítimas, com o crescimento das cidades que compõem a RMGV, cresce também a quantidade de lixo produzido a cada ano, faltando espaços físicos para a disposição final. Estima-se que sejam produzidas, diariamente, cerca de 950 toneladas de lixo domiciliares, e, se incluirmos aí os resíduos gerados por indústrias, hospitais, entulhos, reformas e demolições, este volume se multiplica. Temos, ainda, o problema (talvez o mais grave) do surgimento e manutenção dos chamados "lixões", gerando um verdadeiro exército de "catadores profissionais", com todos os perigos advindos da manipulação humana de materiais deteriorados e contaminados.

Propostas

A seguir, algumas propostas de ação, que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentável da RMGV:

A busca e afirmação da especialização em serviços³ procuram consolidar Vitória enquanto metrópole vinculada a sua base produtiva dinâmica e a seu nível de urbanização. Depreende-se daí, naturalmente, que há um conjunto de prioridades, programas e projetos para cada caso, necessários ao reaparelhamento do setor terciário.

Em relação aos serviços portuários, deverá ser realizada uma série de esforços concentrados e qualificados com o intuito de: aperfeiçoar os serviços portuários propriamente ditos; criar e consolidar estruturas de formação de pessoal, necessárias ao desenvolvimento desses serviços; constituir estruturas capazes de fornecer assessorias diversas; construir equipamentos operacionais, como terminais, silos, etc.; e integrar o sistema portuário na dinâmica urbana.

Já em relação a sua consolidação enquanto um centro de negócios vinculado fortemente à lógica importadora/exportadora, caberia: criar mecanismos de atração de *trading companies* envolvendo incentivos fiscais e creditícios; consolidar Vitória como um grande centro superior de comércio e serviços do *circuito superior* da economia para todo o Estado; criar mecanismos que viabilizem o fechamento de câmbio na praça de Vitória; criar um centro de informações sobre *international business*; vincular o sistema financeiro ao centro comercial, através do estabelecimento de mecanismos específicos para esse fim.

Em relação a sua consolidação enquanto centro cultural e tecnológico é importante não apenas a qualificação da metrópole propriamente dita, mas também reforçar outros projetos estaduais, principalmente os de turismo e de polinucleação urbana. Neste sentido, essa atuação implicaria as seguintes ações: dotar a região de infra-estrutura de lazer e espaços culturais; criar e reforçar mecanismos de incentivo à produção cultural; vincular a idéia de centro cultural aos vários segmentos de mercado que se desenvolvem numa metrópole (comunidade científica, artística, empresarial, etc.); concentrar centros de ensino e pesquisas na Grande Vitória, quando não estiverem relacionados ao esforço de interiorização; constituir centros de excelência em ciência e tecnologia, vinculados ao planejamento estratégico e à articulação regional.

Por fim, há que se constituir um centro de serviços públicos, concentrando aí o conjunto de tais serviços (de saúde, de educação, de informação, etc.), especialmente os qualificados em nível superior, com estrutura capaz de atender ao conjunto do Estado e áreas vizinhas polarizadas pelo Espírito Santo (Vitória), Sul da Bahia e algumas cidades do Leste de Minas Gerais.

A qualificação plena da metrópole requer ainda:

Identificar as restrições a serem superadas.

³ Portuários, centro comercial e financeiro, centro cultural e centro de serviços públicos, todos na dimensão estadual, nacional e até internacional.

Adotar políticas no sentido de que todos os investimentos industriais com poder de gerar deseconomias de aglomeração devam localizar-se fora da Região Metropolitana; utilizar mecanismos para desestimular a localização de tais investimentos na RMGV, tais como restrições definidas em PDUs, análises de Rima, entre outros, e a não-concessão de incentivos fiscais e creditícios por parte de órgãos públicos estaduais; ou seja, deve-se, na medida do possível, localizar os empreendimentos fora da Grande Vitória, buscando-se, assim, uma lógica de interiorização de investimentos.

Envidar esforços políticos que busquem uma maior justiça fiscal no que diz respeito à distribuição dos recursos advindos do ICMS no âmbito dos cinco municípios que constituem a RMGV. O objetivo desta política será o de buscar uma maior equalização das receitas de Viana e Cariacica em relação aos demais municípios.

Elaborar um plano metropolitano que estabeleça diretrizes gerais para o desenvolvimento sustentável da RMGV. Tal plano significa um instrumento técnico que orientará todas as ações de natureza metropolitana do Estado, dos municípios, do setor privado e do conjunto dos cidadãos da Grande Vitória, através do qual se implementem instrumentos regulatórios que possam reordenar o crescimento urbano que se vem processando de forma caótica: critérios para gabaritos das construções, mapeamento de áreas potenciais para as atividades econômicas, *idem* para as possíveis áreas de crescimento urbano, redesenho de novas vias e planejamento quanto à expansão e alargamento das mais importantes, planejamento conjunto dos fluxos (ônibus, veículos de carga, automóveis e pedestres) nos principais centros intrametropolitanos, além do fluxo da cidade de Vitória. Há que se traçar diretrizes físico-territoriais, ambientais, infra-estruturais, econômicas, sociais, de serviços, etc., que devem ser amplamente debatidas com todos os setores da sociedade e que apontem para um futuro possível e desejável para a Região Metropolitana da Grande Vitória.

Implementar ações que ajudem a tornar mais ágil o processo de municipalização da gestão do trânsito.

Garantir a participação efetiva dos municípios na elaboração dos estudos e projetos do Transcol II, principalmente na confecção da atualização do PDTU.

Promover a integração dos subsistemas de transporte coletivo da RMGV.

Reelaborar um documento (diagnóstico) que dê conta da situação atual da RMGV no que diz respeito a coleta e tratamento de resíduos sólidos, com o objetivo de respaldar iniciativas tanto dos poderes instituídos, quanto da iniciativa privada, além da sociedade civil organizada, apontando para cenários mais positivos.

Estabelecer modelos de legislação municipal que disciplinem o uso dos terrenos vazios destinados a edificações futuras ou à expansão urbana, assegurando razoável percentagem de superfícies com áreas verdes.

Elaborar modelos de parcelamento urbano e loteamentos mais apropriados à manutenção de áreas verdes de uso público.

Estimular a formação de parcerias entre os órgãos fiscalizadores e a iniciativa privada na concepção de um fundo de recursos ambientais, possibilitando que instrumentos legais canalizem multas relativas a posturas ambientais aplicadas para um fundo comum destinado à RMGV.

Implementar (onde já existe, fortalecer) os conselhos de segurança em cada município, com o objetivo de maior envolvimento da população local nos assuntos pertinentes ao setor. Através dessas instâncias, haverá de melhorar o nível de diálogo da comunidade com as corporações policiais. No que concerne ao Conselho de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (Consegesp), sugere-se que o Executivo estadual promova uma ampla rediscussão sobre o seu papel, função e composição — abertura no sentido de também incorporar outros setores da sociedade civil organizada, além de ampliar a representação da PM e da PC, de modo que a participação não se restrinja a sua cúpula. É preciso dar prioridade a tal conselho, apontando-se para a possibilidade de exercer esta instância um papel executivo no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

Estabelecer infra-estrutura social e urbana — investimentos em saúde, educação, saneamento básico e urbanização em todos os núcleos urbanos da metrópole.

Mapa – Região Metropolitana da Grande Vitória



As tabelas que seguem mostram que:

População, área e densidade demográfica - 1998

Município	População (Estim. 1998)	% Mcr	Área (Km ²)	% Mcr	Dens. Demogr. (Hab./ Km ²)
Linhares	105.308	44,6	3.505,70	50,5	30
Aracruz	62.833	26,6	1.426,83	20,5	44
Rio Bananal	16.223	6,8	647,54	9,3	25
Sooretama	15.155	6,4	587,38	8,5	26
João Neiva	14.632	6,2	282,23	4,2	52
Fundão	12.019	5,2	287,68	4,1	42
Ibiraçu	9.812	4,2	201,20	2,9	49
Microrregião	235.982	100,0	6.938,56	100,0	34

Fonte: IBGE (estimativa da população para 1998)

Nota: Elaboração: IPES

Obs.: as densidades demográficas são apresentadas em valores arredondados

População, área e densidade demográfica e sua relação com o Espírito Santo - 1998

Discriminação	População	%	Área	%	Dens. Demogr.
<i>MCR Pólo Linhares</i>	<i>235.982</i>	<i>8,1</i>	<i>6.938,56</i>	<i>15,0</i>	<i>34</i>
Espírito Santo	2.895.577	100,0	46.184,10	100,0	63

Obs.: as densidades demográficas são apresentadas em valores arredondados

- Os municípios de Linhares e Aracruz, os mais importantes da microrregião, agregavam em 1998 mais de 71% da população residente; Ibiraçu possui hoje menos de 10 mil habitantes; abaixo, portanto, do teto mínimo exigido por lei para a emancipação;
- em termos de área territorial, também Linhares e Aracruz se apropriam de 71% de toda a área da microrregião, ficando novamente Ibiraçu com a menor, com menos de 3%;
- quanto à densidade demográfica, é interessante constatar Linhares como o município mais vazio (exatamente por ser o de maior área) e João Neiva o mais denso; pode-se afirmar, enfim, que a Microrregião Pólo Linhares é ainda significativamente vazia em termos de população por unidade de área, expressando a realidade de Linhares (34 e 30, respectivamente);
- representando menos de 10% da população capixaba, a microrregião Pólo Linhares está abaixo da média microrregional (241.298); entretanto, no que diz respeito à área apropriada, está 80% acima da média microrregional (3.848);

- e) no tocante à densidade demográfica, está quase 50% abaixo da relação para o Espírito Santo, refletindo a baixa densidade de praticamente todos os seus municípios, à exceção de João Neiva.

A nova Microrregião Pólo Linhares, instituída em maio de 1999, guarda sérias contradições em seu interior no que diz respeito ao processo de polarização. Está suficiente claro que o município de Linhares, apesar da sua importância estratégica enquanto centro prestador de serviços, além de pólo de uma agricultura dinâmica, tipicamente capitalista, voltada para a exportação, polariza somente os municípios de Rio Bananal e Sooretama. Pode-se afirmar com segurança que os demais (Aracruz, Fundão, Ibirapu e João Neiva) nada possuem em comum com o município-pólo. Sobretudo Fundão, Ibirapu e João Neiva, por estarem situados ao longo da BR-101, possuem uma lógica própria de manutenção e desenvolvimento, que guarda estreita ligação com esta rodovia, sendo fortemente polarizados pela Grande Vitória. Por outro lado, Aracruz, com sua dinâmica própria, fortemente influenciado pela megaplanta produtora e exportadora de celulose que se encontra em seu território, também é polarizado pela Grande Vitória.

Assim, no interior da microrregião existem três subespaços diferenciados: a) Linhares, polarizando Rio Bananal e Sooretama; b) os três municípios da BR; c) Aracruz. Uma proposta de divisão regional que contemple tal realidade poderia ser a de manutenção da Microrregião Expandida Norte 2 (Aracruz, Fundão, Ibirapu e João Neiva) e criação de uma nova (Pólo Linhares — apenas com os municípios de Linhares, Rio Bananal e Sooretama).

Um dos seus elementos estruturantes de referência é a rodovia BR-101, que vincula os fluxos e rendas regionais com a região metropolitana e que lhe vincula as economias ascendentes do Sul da Bahia. Contém a bacia do rio Doce, de fundamental importância para a microrregião, sobretudo para Linhares, dada sua localização estratégica no papel de alimentadora hídrica da agricultura capitalista que se desenvolve em suas terras planas. Da mesma forma as dezenas de lagoas perenes, sobressaindo-se a de Juparanã.

Linhares cumpre a função de solidificar um processo produtivo ligado majoritariamente ao complexo agroindustrial, subordinado diretamente ao capital industrial. Desempenha outrossim um importante papel enquanto núcleo emanador da lógica empresarial para a agricultura do Centro-leste capixaba. Do ponto de vista externo à microrregião, intermedeia fluxos de mercadorias e renda, além de interesses em relação à metrópole, capturando nesse processo economias sediadas no Sul da Bahia, fenômeno semelhante ao que ocorre em S. Mateus.

Enquanto aglomerado, já com uma armadura urbana complexa, Linhares talvez represente o caso único do Espírito Santo de um município potente, mas que guarda certa “tensão polarizadora”: próxima de Colatina e S. Mateus, a municipalidade em foco não consegue espraizar seu processo de polarização, praticamente homogeneizado pelos citados municípios, além de Nova Venécia, no Centro-norte. Para além dos três, existe também uma polarização natural de Aracruz, sendo mais que uma “cidade local completa”. Para que Linhares venha cumprir um papel mais hegemônico ao norte do rio Doce é fundamental que haja uma articulação mais clara e dinâmica do seu setor agroindustrial (exportador) com o capital industrial local. Portanto, do ponto de vista de uma nova microrregião polarizada por Linhares verifica-se uma flagrante contradição: esta cidade repleta de alternativas e potencialidades está contingenciada a municípios que não possuem qualquer possibilidade de expansão socioeconômica a curto e médio prazo. (De certa maneira isto acontece também com Cachoeiro de Itapemirim e seus 11 municípios polarizados, com exceção de Castelo e Vargem Alta.)

Desempenha também a função de área de lazer e de retenção de renda, através da exploração de atividades de turismo, que se dá de maneira diferenciada ao oferecer ambientes distintos em seus quatro principais pólos: lagoa de Juparanã, Pontal do Ipiranga, praias de Barra Seca e Regência. Nessas condições, a preservação ambiental e dos sítios paisagísticos e ecológicos funciona como pressuposto para a sustentação dessas funções econômicas.

A presença de uma grande empresa na microrregião eleva significativamente o Valor Adicionado Fiscal (VAF) e, em conseqüência, define sua concentração no município que abriga a sede da referida empresa. Isso também indica que a desigualdade na distribuição da renda também é um problema no interior da microrregião.

O setor agropecuário da microrregião possui as seguintes atividades em destaque: cafeicultura;⁴ fruticultura tropical (mamão,⁵ citros, maracujá, coco-da-baía, graviola, goiaba, manga tardia e acerola); cultivo de cana-de-açúcar; pecuária de corte; pecuária de leite; heveicultura; cultivo de banana e pimenta-do-reino; avicultura; reflorestamento/silvicultura; cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca.

As demais culturas (arroz, banana, cacau, cana, coco, feijão, heveicultura, mamão, mandioca e milho), sobretudo o “quarteto” arroz, milho, feijão e mandioca, cumprem o papel de complementação de renda do pequeno produtor ou mesmo o de subsistência das famílias camponesas. As exceções são: a cacauicultura;⁶ o feijão irrigado de Aracruz, sendo este município o maior produtor do Estado; a bananicultura em Fundão; a heveicultura em Ibraçu; e a apicultura em João Neiva, Fundão e Aracruz.

⁴ Maior área do Estado ocupada com café conillon (sobretudo Linhares).

⁵ Linhares é responsável por mais da metade das exportações brasileiras das variedades havaí e papaia.

⁶ Linhares responde por 92% da produção estadual.

Na pesquisa de campo detectou-se uma “certa potencialidade” da fruticultura (sobretudo a tropical), especialmente em Aracruz e Fundão. A efetiva diversificação agrícola nessa direção, no entanto, depende ainda de solução de diversos problemas relacionados a tecnologia, irrigação e comercialização.

Entre as agroindústrias (em que se observa forte presença de empresas agrícolas)⁷ citem-se: produção de álcool e açúcar; leite e derivados; aves abatidas; fábricas de aguardente; processamento de polpas de frutas; indústrias de farinha de mandioca; torrefação de café; envazamento de água mineral e de água de coco; beneficiamento de látex e queijos artesanais. A presença de agroindústrias na microrregião, é ainda um fenômeno pouco relevante, conforme pode-se observar no diagnóstico sumário de Ibirapu.

No tocante à estrutura fundiária, também prevalecem os estratos de área correspondentes a 0-10 ha, 10-50 e 50-200, sendo que no estrato 0 a 200 ha está inserida a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas — média de 68% da área apropriada em Fundão, Ibirapu e João Neiva (micro, pequenos e médios). A exceção é Aracruz, que possui uma forte concentração da propriedade da terra: os estabelecimentos no estrato (mais de 200 ha) representam 72% do total da área apropriada! Isto é explicado pela hegemonia das florestas homogêneas de eucaliptos da Aracruz Florestal. Sabe-se, historicamente, que neste município, nos últimos 30 anos, houve um processo brutal de concentração da propriedade da terra.

Cabe ainda destacar a forte presença na microrregião da silvicultura (eucaliptos) direcionada à megaplanta Aracruz Celulose. Via projeto “Fomento Florestal”, alguns segmentos de produtores chegam a auferir alguma margem de lucro interessante — sobretudo os médios e os grandes, que possuem áreas disponíveis para o plantio, com a assistência técnica da Aracruz (mudas clonais, controle de formigas, etc.). Entretanto, os maiores destaques são (ainda) as pequenas iniciativas que já são tomadas na direção de tornar o plantio do eucalipto uma boa alternativa: para controle de áreas degradadas e inproveitadas dos estabelecimentos; para o fornecimento de madeira em vista do autoconsumo; *idem*, para o fornecimento de caixarias, móveis, etc. a pequenas fábricas. Apesar desta constatação, ainda não se vê um movimento significativo no sentido do fortalecimento de uma silvicultura desvinculada da demanda da Aracruz Celulose.

Parece interessante a tentativa de criação de uma mini-Ceasa pelos municípios de Fundão, Ibirapu, João Neiva e outros, pois seria uma alternativa de escoamento da produção agrícola através da BR-101, além de uma certa “especialização” desses municípios neste sentido.

⁷ Não se considera aqui a Aracruz Celulose.

Os problemas relacionados ao meio ambiente são mais ou menos comuns a todos os municípios da microrregião: degradação do solo, esgotamento dos recursos hídricos (exceção de Fundão), aração morro abaixo, uso intensivo de adubos químicos, corretivos de solo e agrotóxicos, devastação das pequenas manchas de floresta atlântica, *vis-à-vis* à necessidade de uma maior proteção das nascentes e mananciais, reflorestamento das margens, etc. Apesar de as iniciativas ainda serem tímidas (existe somente uma que tem este objetivo específico, que é o *Consórcio da Bacia do Rio Piraqueaçu*, em João Neiva, além da constituição do Conselho da Área de Conservação Ambiental de Guaiapabaçu, em Fundão), já existe, porém, a consciência de que atividades integradas devam ser iniciadas.

Segundo a Emcaper de Fundão, “é absolutamente fundamental que se publique uma lei que determine a obrigatoriedade do abandono de 20% das terras do estabelecimento (pior área), objetivando que a própria natureza se encarregue da recuperação do terreno, em termos de reflorestamento natural; como contrapartida, o produtor não seria obrigado a pagar imposto (ITR) da área, vindo a funcionar como um incentivo à aplicação da lei”.

As tabelas seguintes mostram que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Papel e papelão	02	0,5	2.654	22,0
Mobiliário	81	15,1	2.352	19,5
Mecânico	32	5,9	1.386	11,5
Químico	02	0,4	1.056	8,8
Madeira	58	10,8	755	6,3
Alimentos	90	16,7	655	5,4
Vest. calç. e artef. de tecidos	72	13,4	638	5,3
Serviços de rep. e cons.	41	7,6	491	4,1
Metalúrgico	28	5,2	478	3,9
Minerais não-metálicos	40	7,4	335	2,8
Mat. elétr. e de comunicação	08	1,5	271	2,2
Construção civil	18	3,3	209	1,7
Material de transporte	05	0,9	190	1,6
Borracha	07	1,3	170	1,4
Serviços ind. de util. públ.	08	1,5	130	1,1
Extração de minerais	06	1,1	110	0,9
Editorial e gráfica	17	3,1	73	0,6
Diversas	05	0,9	38	0,4
Bebidas	15	2,8	26	0,3
Couros, peles e similares	01	0,3	17	0,2
Material plástico	01	0,3	00	0,0
Microrregião (total)	537	100,0	12.034	100,0

Fonte: Fines / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Linhares	321	59,4	6.023	49,9
Aracruz	115	21,3	4.793	39,7
João Neiva	28	5,2	427	3,5
Sooretama	15	2,8	286	2,4
Ibiraçu	27	5,0	263	2,2
Fundão	20	3,7	238	1,9
Rio Bananal	14	2,6	38	0,4
Microrregião (total)	540	100,0	12.068	100,0

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pess. Ocup.	%
<i>Microrregião</i>	<i>540</i>	<i>8,6</i>	<i>12.068</i>	<i>10,5</i>
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) a Microrregião Pólo Linhares, com 540 plantas industriais, empregando 12.068 pessoas, tem nos gêneros papel e papelão, mobiliário, mecânico e químico, do ponto de vista do pessoal ocupado, a maior representação, com 62% do total da microrregião; quanto ao número de plantas, os gêneros mais representativos são alimentos, mobiliário, vest., calç. e artefatos de tecidos e madeira, com 56% do total; b) no que tange à distribuição por municípios, Linhares e Aracruz ficam com mais de 89% de representatividade quanto ao pessoal ocupado; no tocante ao número de unidades instaladas, os mesmos municípios representam mais de 80% do total da microrregião; os demais municípios têm uma tímida representação no conjunto em ambos os aspectos; c) comparando-se a microrregião com o ES, pode-se afirmar que ela está em posição razoável: quanto ao número de pessoas ocupadas, situa-se acima da média microrregional (9.606 postos de trabalho); relativamente ao número de plantas, encontra-se numa posição levemente superior à mesma média (520).

Os centros e/ou distritos industriais ocupam uma área aproximada de 2 milhões e 783 mil m², Aracruz ficando com a quase totalidade. Trata-se de um fenômeno interessante que acontece nos demais municípios. Verifica-se, entretanto, em Fundão, Ibiraçu, João Neiva, Rio Bananal e Sooretama, algo ainda incipiente.

No que diz respeito às *agências de desenvolvimento local*, a microrregião tem ainda muito caminho a percorrer: com exceção de Aracruz, que instalou uma, os demais municípios não a possuem, e Ibraçu tem a sua em processo de reativação, depois de um período de estagnação. É importante salientar que este item é de responsabilidade do poder público local em parceria com a iniciativa privada: o curioso é notar que, quanto mais reforçados são os chamados “fatores de aglomeração” de uma determinada região (ou município), mais significativas também são iniciativas desse tipo (ex.: Aracruz). Pode-se pensar, aqui, em um importante papel que o Governo do Estado venha a cumprir: através de um processo de formação sistemático nos municípios/microrregiões, aprofundar este tipo de reflexão/conscientização.

Um outro fenômeno importante, que está ocorrendo não somente nesta microrregião, mas também em outras, é o aparecimento dos *consórcios intermunicipais*. Conforme declaração de um secretário municipal de Fundão, “um dos objetivos da implantação do consórcio é gerar um movimento oposto ao da competição entre os municípios: a cooperação entre eles”. No caso desta microrregião, o “Polinorte da Saúde” já está dando seus frutos concretos, e o “Costa Verde Coral” tem igualmente potencialidade.

Do ponto de vista estrito do ordenamento urbano dos municípios — via planos diretores urbanos (PDUs) —, pode-se afirmar que a microrregião encontra-se em estado precário: apenas Aracruz conta com um PDU, que todavia precisa ser atualizado (o que está sendo feito no momento), já que está em vigor desde 1973. Conforme demonstram os vários diagnósticos, a presença do Governo do Estado é ainda incipiente nos vários municípios, pelo menos no que diz respeito a estruturas que possam apoiar o desenvolvimento sustentável: restringem-se somente aos escritórios locais da Emcaper e ao Idaf.

No movimento organizado da sociedade civil, observa-se o surgimento e fortalecimento das associações e dos conselhos (bem como dos consórcios, conforme já dito), em detrimento das cooperativas. Diante do desencanto das populações locais, que assistiram à decadência de suas instituições (antes “portadoras de esperanças”), dadas as manipulações em proveito próprio (corrupção) por parte de lideranças muitas vezes legitimamente constituídas, partiram para outras formas de organização. Assim, apesar de todas as dificuldades reinantes hoje no País e no Estado, surgem vários movimentos, como uma espécie de “focos de resistência” diante do estado lamentável em que se encontra a agricultura. Cabe aos poderes municipais e ao governo estadual apoiar integralmente tais iniciativas: financeiramente, tecnicamente, logística e estrategicamente.

Com exceção de Ibraçu e João Neiva, pode-se afirmar que a microrregião tem um certo potencial turístico: turismo de litoral (de massas). Os problemas postos neste campo particular são: alternativas para a baixa estação, formação de mão-de-obra especializada, planejamento mais detalhado e profundo das atividades, descoberta da “especificidade” (potencialidade) de cada município, possibilidades reais de divulgação na mídia em âmbito regional e nacional, etc.

Além da dinâmica cidade de Linhares, Aracruz cumpre um papel especial: a presença da Aracruz Celulose e coligadas, além das empresas que a elas prestam serviços, determinou uma série de fatores de aglomeração, destacando este município como o segundo mais importante da MCR. Além do setor comercial e de serviços, espraiou-se pela região a possibilidade concreta de um aumento efetivo das florestas homogêneas de eucaliptos. Por outro lado, Aracruz, com sua dinâmica própria, poderá alavancar novos eventos “portadores de futuro” na região, tais como a criação de outros consórcios, a elaboração de um plano regional integrado de desenvolvimento, etc.

Com exceção de Aracruz e Rio Bananal, os demais municípios situam-se ao longo da BR-101. De uma forma ou de outra, seu processo de desenvolvimento guarda uma estreita relação com a rodovia. A partir daí, trata-se de pensar formas alternativas que busquem um novo ciclo de desenvolvimento municipal (e regional) que os especialize a partir desta lógica. Nesta direção está a proposta do projeto *Cidade 24 h*, de Fundão, ou de implantação de uma mini-Ceasa. Para além das barraquinhas de mexericas de Fundão, do grupo Califórnia (venda de pastéis e caldo de cana) e do “Bar Sem Portas”, de Ibirapu, além da “parada de ônibus” de João Neiva, é de se supor que este segmento ainda esteja aberto. Como aproveitar, do ponto de vista comercial, a vantagem de ter uma BR passando à sua porta? Através de uma *especialização criativa e ousada*, certamente novas alternativas surgirão.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da MCR:

Consolidar Linhares enquanto cidade agroindustrial e prestadora de serviços, com vistas, entre outras coisas, a conter o fluxo populacional demandante deste tipo de serviço, provenientes do Norte do Estado e Sul da Bahia em direção à Grande Vitória, através da concentração de investimentos em infra-estrutura de saúde e educação; igualmente de escritórios dos órgãos públicos responsáveis por investimentos em infra-estrutura social.

Reforçar o caráter empresarial da agricultura aí desenvolvida, inserindo-a na estratégia de competitividade do Estado do Espírito Santo; criar programas com vistas a consolidar essa competitividade das atividades diretamente ligadas ao complexo agroindustrial localizado na microrregião.

Direcionar investimentos de modernização tecnológica da produção agrícola desenvolvida nesta área vinculados a projetos agroindustriais ou de agricultura empresarial que lhes dêem a dinâmica.

Garantir a consolidação de empresas agrícolas e/ou agroindústrias capacitadas tecnologicamente de forma competitiva em termos de processo, de produto e de controle de canais de comercialização, capazes de funcionar enquanto pólo de dinamismo de toda a economia.

No campo da pecuária de corte, apoiar iniciativas que já estão em andamento. Cite-se, por exemplo, a introdução de novas tecnologias, como inseminação artificial, melhoramentos genéticos do rebanho, manejo de pastagens, etc. *Idem* em relação ao processo de comercialização do produto.

Através de estudos de mercado e acompanhamento *on line* de bolsas de mercadorias, criar alternativas para o fortalecimento da cacauicultura: não apenas através de financiamentos específicos para o setor, mas também no sentido da modernização de processos primários de agregação de valor.

Considerar Linhares e Aracruz enquanto áreas prioritárias para a localização de investimentos agroindustriais, reforçando-as como núcleos de toda uma região progressivamente agroindustrializada e de desenvolvimento de caráter empresarial.

Evitar que o processo de agroindustrialização aumente ainda mais a área dos grandes maciços homogêneos; estimular um processo de “diversificação homogênea” com culturas não tradicionais (especialização na esfera das unidades produtivas), com vistas a otimizar o mercado de trabalho (redução da sazonalidade do emprego agrícola).

Apoio técnico-financeiro, com planejamento ambiental, aos projetos, já existentes, de captação de água do rio Doce.

Apoiar: o fomento agroindustrial; as atividades silvicultoras nos seus vários níveis, incluindo o de caráter empresarial e, principalmente, o trabalho prioritário de conscientização e incentivo aos pequenos e médios produtores locais — além da estratégia de complementação da renda familiar, proteção das encostas degradadas, a possibilidade de oferta permanente de material lenhoso que sempre é demandado nos estabelecimentos agrícolas; o financiamento à construção de áreas de armazenamento e comercialização; a montagem de linha de crédito acessível aos pequenos produtores rurais.

Apoiar, igualmente, a assistência técnica e extensão rural na microrregião, especialmente para os agricultores descapitalizados, através da contratação de pessoal e modernização/reciclagem técnico-pedagógica dos agentes da Emcaper.

Considerando que atualmente as indústrias do pólo moveleiro de Linhares passam por um processo de transformação, pela modernização das atividades administrativas e operacionais, criar estratégias de apoio a este segmento, sobretudo no que diz respeito a incremento tecnológico, qualificação de mão-de-obra, modernização de *designs* e políticas específicas de *marketing*, tanto em âmbito regional, quanto nacional.

Através de parceria do Governo estadual com os poderes municipais locais, além do apoio da iniciativa privada (e lideranças mais expressivas da microrregião), incentivar a criação e consolidação de pelo menos duas agências de desenvolvimento local sustentável na microrregião, fundamentais para o fortalecimento do desenvolvimento microrregional.

Canalizar recursos para a consolidação do distrito industrial de Linhares, por ser ainda embrionário e mais voltado ao segmento mobiliário.

Apoio irrestrito às iniciativas que já estão sendo efetivadas não somente nesta microrregião, mas também na Litoral Norte, que dizem respeito ao processo de conscientização da importância da preservação do meio ambiente: privilegiar os ecossistemas lacustres, especialmente o que se desenvolve na lagoa Juparanã; preservação e reflorestamento das margens dos mananciais, sobretudo os projetos que dizem respeito à bacia do rio Doce; manutenção das vegetações e patrimônios paisagísticos dos lagos e lagoas, bem como do litoral da microrregião, condição *sine qua non* ao desenvolvimento turístico microrregional.

Apoiar a "Fundação Bionativa" de Sooretama.

No campo do ensino técnico e superior, tendo em vista os cursos superiores já existentes na microrregião, apoiar a criação de novos cursos que reflitam condicionantes e potencialidades da microrregião e sejam voltados à exploração agroindustrial e à forma predominante de agricultura existente, sobretudo, em Linhares: intensiva em capital e tecnologia, voltada à atividade exportadora. Por outro lado, apoiar formas alternativas de ensino que possam melhor qualificar a mão-de-obra local, tendo em vista a forte atração que hoje Linhares provoca, particularmente as populações empobrecidas que vêm para a cidade inchar seus bairros periféricos.

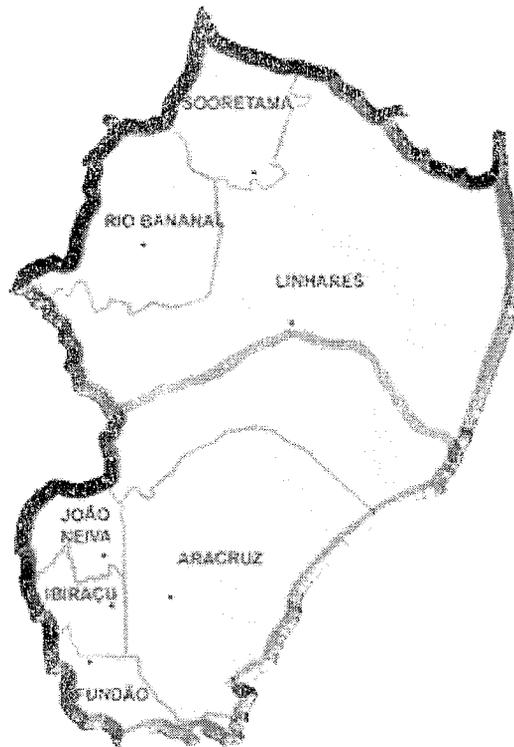
Garantir inversões necessárias à infra-estrutura turística, tais como acessos rodoviários, investimentos paisagísticos, saneamento, coleta e tratamento de lixo, equipamentos recreativos, embelezamento das cidades, dentre outros. Desenvolver a exploração de um turismo integrado, com a oferta de produtos turísticos múltiplos. Garantir a participação financeira governamental em empreendimentos hoteleiros. Elaboração, por parte da Secretaria de Estado de Turismo, de um plano diretor que possa integrar (e diversificar) o turismo litorâneo ao longo da costa capixaba.

Restringir investimentos que possam comprometer as funções dependentes da conservação de recursos naturais. Evitar dispersão de recursos com projetos isolados de hotéis e pousadas possíveis de ser efetuados pelos próprios empresários.

Revitalizar as atividades culturais da região.

Investir em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

Mapa da Microrregião Pólo Linhares



A Microrregião (MCR) Metrópole Expandida Sul, composta por sete municípios (Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Piúma), possui as seguintes características básicas:

Tem como atividade econômica motriz o turismo, que engendra uma quantidade significativa de relações mercantis, respondendo significativamente pela geração de renda e emprego.

A quase totalidade da porção microrregional situada a oeste da BR-101, abrangendo as áreas mais elevadas e acidentadas, é economicamente ordenada por atividades agropecuárias, destacando-se o manejo do gado, a cafeicultura e, sobretudo, o cultivo e a comercialização da banana. Na divisa com a Microrregião Central Serrana aparece também a olericultura.

Na porção litoral sul da microrregião em direção ao interior cultiva-se a cana-de-açúcar, subordinada à lógica da agroindústria Paineiras. Algumas experiências empresariais com fruticultura têm ocorrido com resultados satisfatórios, como é o caso do cultivo do abacaxi.

O complexo bananicultor do centro-sul do Espírito Santo encontra-se organizado sob a lógica do capital comercial, personificado nas figuras das firmas que atuam na compra junto aos produtores e revendem a quase totalidade da produção nas Ceasas do RJ e de Minas Gerais. Localizam-se principalmente em Alfredo Chaves, Iconha e Guarapari.

A atividade pesqueira é de fundamental importância nos municípios litorâneos da microrregião — Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes —, gerando um total aproximado de 4.170 empregos diretos e indiretos. Para que se tenha uma pesca de alta qualidade e competitiva, são necessários os seguintes fatores, dentre outros: abundância do pescado; uso de tecnologia (das embarcações, “técnicas de resfriamento”, instrumentos modernos de navegação e de localização de cardumes, etc.); qualidade das embarcações; alto nível de organização dos profissionais do mar (colônias e cooperativas) e estrutura de comercialização.

Quanto à área de pesca, sabe-se que os profissionais capixabas, além de explorarem a costa do Espírito Santo, vão até às proximidades de Abrolhos, ao norte, percorrendo também o Sul do País até a costa do Estado de Santa Catarina. Considerando-se, ainda, que a maior parte deles atua em águas rasas e médias, dá para imaginar o nível de concorrência entre os vários estados da Federação. Por outro lado, há que se cuidar dos aspectos eminentemente ambientais: trata-se de uma exploração racional e ordenada, obedecendo aos ciclos normais de reprodução dos cardumes. Este é um grande problema para o setor.

No que diz respeito ao uso de tecnologia, são de conhecimento amplo as dificuldades dos nossos pescadores, que, geralmente, têm de contentar-se com barcos de madeira, de pequena envergadura — apelidados de “Tu-tu-tu”; é impossível que tais embarcações atinjam distâncias maiores com bom nível de segurança; além do mais, “congelamento e estocagem do pescado” só se adapta a grande quantidade de pescado e a barcos de maior envergadura e construídos com técnicas e materiais mais apurados. Neste aspecto particular vem a denominação “pesca artesanal”. É necessário dar um salto de qualidade, fazendo com que nossa pesca seja menos artesanal e mais profissional.

Apesar de os produtores de pescado já estarem organizados em suas colônias ou outras formas do gênero, é necessário um salto qualitativo também neste campo. Ficam essas questões para posterior reflexão: como fortalecer as colônias já existentes e implantar novas? É possível e desejável que elas se “especializem”, organizando categorias diferenciadas de pescadores? Como integrá-las ao longo de todo o litoral capixaba (320 km de costa) — quais os meios mais viáveis para se chegar a esta integração?

A organização dos profissionais tem, entre outros objetivos, a quebra no sistema tradicional de comercialização, na tentativa de sair do esquema perverso: o pescado é adquirido a preços ínfimos nos pontos de compra direta (baixa remuneração do produtor) e vendido a preços vantajosos na ponta do mercado. Ou seja, ao longo da cadeia captura–comercialização, sempre perdem os pequenos pescadores e ganham os grandes atravessadores. Cabe aos poderes públicos (municipal e estadual) uma intervenção direta no setor, indo para além dos trabalhos — não deixando de reconhecer sua extrema importância — realizados pelos escritórios locais da Emcaper. Em síntese, a questão de fundo que se coloca é a seguinte: como transformar o ES de um simples pólo de atividade pesqueira artesanal em um estado que pode estar à frente neste processo, de crucial importância socioeconômica?

As tabelas a seguir mostram as principais características do setor industrial na microrregião:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Itapemirim	38	10,38	2.735	46,68
Guarapari	171	46,72	1.880	32,08
Anchieta	45	16,47	863	14,72
Iconha	22	6,01	197	2,17
Alfredo Chaves	15	4,09	92	1,57
Piúma	39	10,65	91	1,56
Marataízes	36	9,87	71	1,22
<i>Microrregião (total)</i>	<i>366</i>	<i>100,00</i>	<i>5.859</i>	<i>100,00</i>

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	366	5,86	5.859	5,08
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

O curioso é notar (veja a primeira tabela) que o município de Itapemirim é o que está em primeiro lugar no *ranking* dos oito, a partir do critério pessoal ocupado, superando Guarapari e Anchieta. Como está registrado no diagnóstico sumário daquele município, é provável que o gênero alimentos seja o grande responsável por tal desempenho (representa 78% do pessoal ocupado do município). Já a partir do critério número de empresas, Guarapari supera significativamente todos os outros, com a presença marcante da construção civil, das indústrias alimentares e dos minerais não-metálicos.

Comparando-se a Microrregião Metrópole Expandida Sul com o conjunto estadual, nota-se que ela se encontra em posição relativamente privilegiada. Supondo que a distribuição espacial das plantas industriais fosse homogênea, teríamos as seguintes médias: 9.606 para o pessoal ocupado e 520 para as plantas. Assim, a microrregião está apenas um pouco abaixo da média, o que expressa um significativo desempenho, principalmente se levarmos em consideração que não se trata de uma microrregião estritamente industrial (como a Grande Vitória), mas "vocacionada" naturalmente para o turismo litorâneo.

A Samarco Mineração é um agente de peso e produtor de impactos no eixo expandido sul. Na sua ação articulada — produção industrial de pelotas de minério de ferro e movimentação portuária — exerce efeitos na economia local sobre a infra-estrutura existente e o meio ambiente. No município de Anchieta localiza-se a unidade de Ponta Ubu, onde a empresa mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio. As duas unidades estão ligadas por um mineroduto com 396 km de extensão e capacidade para 14 milhões de t/ano. O terminal marítimo próprio tem capacidade para embarcar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Navios de até 180 mil toneladas são carregados ao ritmo nominal de 8 mil t/hora. Além de embarcar os produtos da empresa, o porto também é utilizado para a descarga de insumos para a usina. A Samarco também chega a realizar descarga de carvão e carregamentos de madeira para terceiros, com bons índices de produtividade.

Portanto, trata-se de uma megaplanta industrial de inquestionável importância para a microrregião. Por outro lado, a presença desta unidade numa região de grande potencialidade turística encerra uma contradição. Considerando-se exclusivamente a vocação turística da microrregião, é de questionar o sentido do processo de industrialização que nela se desenvolve. Assim, é fundamental que

se aprofunde e diversifique o seu parque, mas obedecendo a critérios rígidos de controle ambiental. Fica, então, um questionamento que é posto para todas as microrregiões do Estado, especialmente para as de grande potencial turístico (como a Metrópole Expandida Sul, a Sudoeste Serrana e a Centro Serrana): que tipologia de indústrias é fundamental para o Espírito Santo, no sentido de gerarem emprego, mas, ao mesmo tempo, estarem integradas às exigências mais rígidas de controle ambiental?

A cidade de Guarapari exerce uma posição de destaque no contexto considerado. Tem um dinamismo econômico com bruscas variações, dado que sua atividade turística — turismo de massa litorâneo — é demasiadamente atrelada às condições sazonais. Isso vale também para o conjunto da porção litorânea da microrregião.

Além da rede hoteleira e serviços afins, bem como as potencialidades naturais e históricas que normalmente simbolizam uma “área turística”, observa-se o papel desempenhado por Guarapari enquanto *locus* para o desenvolvimento acentuado do mercado de imóveis urbanos (construção, incorporação e vendas), estimulado pelas vantagens comparativas naturais e as estruturadas nessa faixa geográfica. Assim, pode-se afirmar que Guarapari, além de ser a cidade mais importante da Microrregião Metrópole Expandida Sul, cumpre não somente um papel de cidade local completa, que polariza seu interior, mas de cidade-pólo, disputando com a Grande Vitória e Cachoeiro de Itapemirim as preferências das populações circunvizinhas.

Os demais núcleos urbanos dessa microrregião turística cumprem função complementar localizada, com terminais pesqueiros e avanços em seu processo de urbanização.

Sua faixa litorânea assumirá cada vez mais a função de eixo para o crescimento de segmentos do comércio, serviços turísticos e de residência para a população de poder aquisitivo mais elevado.

A consolidação ainda maior do setor turístico, no sentido da constituição de um pólo de referência nacional, deve, assim, pelas próprias potencialidades e papel que hoje assume, tornar-se o centro dos esforços para o desenvolvimento dessa microrregião, para onde o foco das ações estratégicas deve estar voltado.

A seguir, o elenco de algumas propostas de ação específicas para o segmento:

Melhorar o segmento turístico na sua totalidade. Do ponto de vista da rede hoteleira e das agências de turismo, necessita-se de uma maior articulação com operadoras internas e externas para viabilizar pacotes turísticos.

Executar campanhas de divulgação dos atrativos turísticos existentes, tanto em âmbito nacional quanto no exterior, através de uma política de *marketing* que envolveria também a participação do governo, por exemplo, na organização de *workshops*.

Melhoria na capacitação empresarial e gerencial das empresas do setor, bem como a elevação qualitativa e ampliação de cursos de formação de mão-de-obra. A participação do Sebrae/ES é significativa; deve-se aprimorar as ações de acompanhamento junto às pequenas empresas visando evitar o estrangulamento após o período de veraneio.

Necessidade de classificação dos estabelecimentos pela Embratur para melhor qualidade do atendimento, elevando os níveis de atração dos turistas.

Maior articulação entre as empresas prestadoras de serviços à rede hoteleira para que se reestruturem de acordo com as necessidades, além de disseminar serviços mais qualificados.

Forte ação entre os empresários do complexo (hotéis, agências de viagens, donos de bares e restaurantes, comércio em geral) juntamente com órgãos culturais e de divulgação das prefeituras e do governo estadual, para criar alternativas “durante o ano todo” com o objetivo de reduzir a característica de excessiva dependência da alta estação, ou seja, os meses de verão. Isto, através da promoção de eventos diversos (congressos, festivais, festas típicas, etc.).

Estimular campanhas de divulgação mais agressivas das potencialidades turísticas junto aos estados que mais emitem turistas.

Preservar e recuperar o patrimônio histórico da microrregião para incorporá-lo à lógica de tal atividade.

Através de ações da Seama, controlar mais detidamente os aspectos paisagísticos e hídricos associados ao segmento. Viabilizar meios para que a comunidade atue como fiscal, denunciando infrações ambientais, bem como estimular campanha de educação ambiental. Isso poderia ser feito em comum acordo com a Sedu e as prefeituras locais.

Racionamento e melhor aproveitamento dos espaços urbanos via adoção de Plano Diretor Urbano (PDU).

Ações da Cesan através de uma política voltada para a garantia da qualidade de vida e do abastecimento planejado para a região (água e saneamento).

Apoio do Bandes ao investimento sintonizado ao complexo turístico, que é o núcleo estruturante dessa microrregião, principalmente em infra-estrutura complementar, como: marinas, parques aquáticos, centro de convenções, etc. Elaboração de um programa voltado para o fortalecimento do terciário em tal complexo.

Realizar a extensão do zoneamento ecológico-econômico para a porção sul desta microrregião, com vistas a ordenar o uso múltiplo deste espaço. Considerar o caráter retardatário da faixa litorânea quanto a sua inclusão no processo turístico enquanto elemento que possibilita manutenção de reservas ecológicas.

Mapa da Microrregião Metrópole Expandida Sul



A Microrregião Central Serrana, composta pelos municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã, possui as seguintes características básicas:

O setor agropecuário, o mais importante da microrregião, é constituído pelas seguintes atividades: apicultura, cultura de arroz, avicultura (Santa Maria de Jetibá, o maior produtor do ES, e Santa Leopoldina), bananicultura, café (arábica e conillon), cultura de cana-de-açúcar, caprinocultura (embrionária), cultivo de feijão, fruticultura (abacate, ameixa, caqui, citros, coco, goiaba, jabuticaba, tangerina-poncã, uva de mesa, nêspera), cultivo de milho, olericultura, ovinocultura (embrionária), pecuária de corte (com baixa produtividade), pecuária de leite (*idem*), piscicultura, silvicultura (eucalipto, especialmente em Santa Teresa), suinocultura e cultivo de tomate.

Portanto, trata-se — como a quase totalidade das microrregiões do Estado — de uma região em que predomina a diversificação com café (arábica e conillon).

Além da relevância do setor agropecuário, há que se ressaltar a importância das florestas nativas na microrregião: Santa Maria de Jetibá (a maior cobertura do Estado, segundo a EMCAPER local); Santa Teresa (35% da área total); Santa Leopoldina (12%). Este é um ponto de suma importância, pois, além da dimensão ecológica em si, potencializa algumas áreas da microrregião para o turismo ecológico, além de tudo o que ele possa trazer em outras áreas de atuação.

Com a presença de 42 agroindústrias, o grande destaque fica com São Roque do Canaã, que é um grande produtor de aguardente de boa qualidade (26 plantas instaladas); em segundo lugar, vêm Santa Teresa e Santa Leopoldina. É importante que seja acentuado aqui o papel da silvicultura, sobretudo em Santa Teresa, não somente por alimentar as agroindústrias que fazem parte da cadeia produtiva, mas sobretudo como estratégia fundamental de proteção das florestas nativas da microrregião.

As tabelas seguintes mostram que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Minerais não-metálicos	19	12,75	679	49,45
Madeira	25	16,78	300	21,85
Alimentos	23	15,44	145	10,56
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	10	6,71	65	4,73
Construção civil	04	2,68	48	3,50
Serviços Industriais de utilidade pública	10	6,71	39	2,84
Serviços de reparação e conservação	15	10,07	37	2,69
Bebidas	20	13,42	28	2,04
Editorial e gráfica	05	3,36	19	1,38
Mobiliário	06	4,03	10	0,73
Químico	01	0,67	03	0,23
Material elétrico e de comunicação	01	0,67	-	-
Mecânico	01	0,67	-	-
Metalúrgico	09	6,04	-	-
Microrregião (total)	149	100,00	1.373	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
São Roque do Canaã	35	22,02	687	48,68
Santa Teresa	37	23,27	396	28,06
Santa Maria de Jetibá	40	25,15	129	9,14
Itaguaçu	26	16,36	111	7,87
Itarana	15	9,43	62	4,40
Santa Leopoldina	06	3,77	26	1,85
Microrregião (total)	159	100,00	1.411	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	159	2,54	1.411	1,22
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Fines / Ideias

a) os gêneros mais importantes são: minerais não-metálicos, madeira e alimentos, absorvendo 82% do total do pessoal ocupado no setor; quanto ao número de plantas, os mais importantes são os três já citados, incluindo os serviços de reparação e conservação e bebidas, totalizando 68,5% do total; os demais gêneros estão disseminados; b) no *ranking* dos municípios da microrregião, a partir do critério pessoal ocupado, S. Roque do Canaã e Santa Teresa acumulam quase 77% do total do setor; quanto às unidades instaladas, além dos dois municípios citados, inclui-se Santa Maria de Jetibá; eles acumulam 70,5% do total (é importante observar que S. Roque do Canaã, o primeiro do *ranking* em número absoluto de unidades, deve esse fenômeno à presença marcante das agroindústrias de aguardente); c) a microrregião decididamente não possui uma “vocação” industrial, sendo este setor muito pouco representativo quando comparado ao conjunto do Estado.

Existem na microrregião apenas três agências de desenvolvimento (em Santa Teresa, em Santa Maria de Jetibá e em Itaguaçu), sendo a mais importante a de Santa Teresa. Isto demonstra que, apesar dos esforços da população local, o item “pensar o desenvolvimento local sustentado” ainda constitui uma dificuldade significativa para a microrregião.

Quanto aos consórcios intermunicipais — três presentes na Central Serrana —, suas formatações no interior da microrregião apontam que ainda não atingiram a “maturidade” suficiente no sentido de constituírem uma estratégia de desenvolvimento mais ampla: tanto o “Polinorte”, quanto o “Intermunicipal de Saúde” visam ao interesse imediato no campo da saúde. O da “Recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu”, além do seu objetivo eminentemente ecológico, interage como estratégia de superar um dos maiores problemas não somente do ES, mas de caráter universal: a possibilidade concreta de falta de água potável para grandes massas populacionais, não somente do interior, mas sobretudo da Região Metropolitana. Portanto, fica faltando um consórcio do tipo “Caparaó”, que, apesar da sua condição de ainda nascente/embrionário, poderá desempenhar um importante papel de amalgamador dos vários interesses e necessidades daquela microrregião — ou seja, está-se falando aqui de um consórcio eminentemente integrador de uma região, que vai para além de iniciativas coletivas que buscam a solução de problemas imediatos.

No que diz respeito à armadura urbana/processo de polarização, o grande destaque fica com Santa Teresa, que pode ser considerado um município em fase de transição à condição de “cidade local completa”: além de polarizar seu interior, certamente exerce influência junto aos municípios da vertente ocidental e sul da microrregião. Este ponto se coloca agora com mais vigor diante da condição de ser o único município da Central Serrana com instituição de ensino superior.

Conforme indica o “Quadro comparativo da receita *per capita*, 1997”, in *Finanças dos municípios capixabas*. v 4 (1998). Vitória: Aequus Cons., 1998, p. 18-19, a Microrregião Central Serrana está numa situação razoável se comparada às demais microrregiões do Estado: com R\$ 293,19 (em maio de 1998), aproxima-se da mediana, que é de R\$ 334,44 (valor máximo: R\$ 419,82 — Metr. Exp. Norte; mínimo: R\$ 249,05 — Extremo Norte).

Potencialidades mais significativas da Microrregião Central Serrana: turismo de montanha em geral, agroturismo, ecoturismo, ampliação do número de agroindústrias e implantação de indústrias caseiras.

Parte da microrregião possui uma “vocação” natural para o turismo: turismo de montanha, agro e ecoturismo, além do turismo cultural (exploração das etnias pomerana e italiana), destacando-se os municípios de Santa Teresa e Sta. Maria de Jetibá. Entretanto, tal potencialidade acaba ficando restrita aos limites dos municípios que a possuem. Analisando os vários diagnósticos sumários, não se nota um movimento mais global que venha projetar a microrregião nesta dimensão. Por outro lado, a infra-estrutura básica interna aos municípios é ainda precária, sobretudo em Santa Maria de Jetibá. Assim, ficam colocadas as seguintes questões: embora tais municípios possuam pontos de visita interessantes, como chegar até eles, já que são precárias as vias que lhes dão acesso? Se a municipalidade não possui condições de investimento nem tampouco o governo estadual, como resolver o problema? Seria possível uma parceria com o governo federal (Embratur, p. ex.) ou mesmo com a iniciativa privada local (no interior da microrregião), com a participação de grupos de expressão estadual ou mesmo nacional?⁸

⁸ Como qualquer outra, esta é uma questão que não pode ser discutida isoladamente, quer no âmbito municipal ou mesmo microrregional. Trata-se de um enfrentamento que deve ser feito no âmbito da macrorrealidade do Estado; caso contrário, as iniciativas particulares ou de pequenos grupos acabam sendo frustradas ou tendo um alcance muito pequeno, considerando as grandes potencialidades que o Espírito Santo possui neste campo específico.

Mapa da Microrregião Central Serrana



A Microrregião Sudoeste Serrana, composta pelos municípios de Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante, Afonso Cláudio, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Brejetuba e Laranja da Terra, apresenta características bem definidas. O setor agropecuário é a base da economia regional, com destaque para a cafeicultura, a avicultura e a olericultura. O turismo, vocação natural da região, vem se constituindo em atividade econômica importante, com boas perspectivas, desde que sejam melhoradas algumas condições da sua infraestrutura.

A agropecuária regional não foge aos padrões tradicionais do Estado, ou seja, predomínio da pequena propriedade, mão-de-obra familiar, baixa tecnificação e tratos culturais rudimentares. A grande exceção é um caso isolado, no município de Venda Nova do Imigrante. Trata-se da Fazenda Pindobas, que se utiliza de recursos técnicos mais sofisticados para a produção de leite tipo A e B e café tipo exportação.

A cafeicultura é a atividade agrícola mais importante da microrregião. É a sustentação econômica do produtor rural e do colono. Notadamente no período da colheita é a principal fonte de emprego e renda para a população camponesa.

Aqui, também, verifica-se uma realidade que não foge à regra geral, que é a dificuldade da fase pós-colheita: secagem, beneficiamento, classificação e comercialização. É uma situação que prejudica bastante o pequeno produtor em termos de rentabilidade.

A olericultura é uma atividade de destaque na microrregião, cabendo ressaltar: Afonso Cláudio e Laranja da Terra (tomate e quiabo); Domingos Martins (tomate, batata, pimentão e repolho); Venda Nova do Imigrante (tomate) e Marechal Floriano.

A avicultura, igualmente, é uma especialidade microrregional, com destaque para Marechal Floriano, que representa 50% da produção do Estado, e ainda Domingos Martins e Venda Nova do Imigrante, também com produções expressivas.

Esta atividade é responsável em todo o Estado por aproximadamente 20 mil empregos diretos e em torno de 30 mil indiretos. Os custos de produção são elevados, visto que 80% da matéria-prima (farelo de soja, milho e pó de serra) é importada, principalmente do serrado brasileiro, onerando em muito o custo final da produção e trazendo problemas com a concorrência de estados como o Rio de Janeiro e São Paulo.

O turismo praticado na região é o de montanha, voltado para o clima, a integração ao meio ambiente, à gastronomia, etc., tratando-se, portanto, de uma forma de turismo seletivo, que não traz consigo problemas relacionados à depredação ambiental.

Ainda em relação ao turismo, convém salientar que não bastam os incentivos a novos empreendimentos e à divulgação das belezas naturais e tudo o mais já existente. São necessários investimentos em infra-estrutura viária (pavimentação e sinalização) e em capacitação de mão-de-obra.

O município de Domingos Martins está elaborando o Plano de Desenvolvimento Turístico para a região de Domingos Martins e Venda Nova. A parceria está sendo efetivada entre os dois municípios, além dos seguintes parceiros: Sebrae / Senar / Senac / Senai, Governo do Estado, Faculdades de Turismo (UVV de Guarapari) e empresários da região.

Em relação à questão do meio ambiente, a microrregião merece especial atenção. Com uma bacia hidrográfica responsável pelo abastecimento da Grande Vitória, vem enfrentando, entre outros problemas, a dessecação de nascentes, em consequência do desmatamento de áreas expressivas. Isto tem acarretado a diminuição do volume de água dos córregos e rios, provocando, com a concorrência do problema do assoreamento, uma situação de desequilíbrio para o ecossistema em questão.

Para enfrentar tal situação foi criado o Consórcio Santa Maria / Jucu, cujo objetivo é assessorar as prefeituras consorciadas na conservação das nascentes dos rios Santa Maria/Jucu e no desenvolvimento de outras políticas ambientais. Na área socioeconômica, a assessoria se dá em projetos ligados à agricultura, consistindo na orientação ao planejamento do desenvolvimento sustentável deste setor. O Consórcio Santa Maria/Jucu é integrado pelos seguintes municípios: Cariacica, Domingos Martins, Guarapari, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, todos beneficiários da água potável fornecida pelas bacias.

O setor industrial da microrregião é pouco expressivo, com 198 unidades instaladas, que empregam 1.399 pessoas, representando 3,17 e 1,21% respectivamente do total estadual.

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
<i>Microrregião</i>	<i>198</i>	<i>3,17</i>	<i>1.399</i>	<i>1,21</i>
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Os destaques regionais são para Venda Nova do Imigrante, com o maior número de unidades instaladas, e Domingos Martins, pelo total de pessoas empregadas.

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

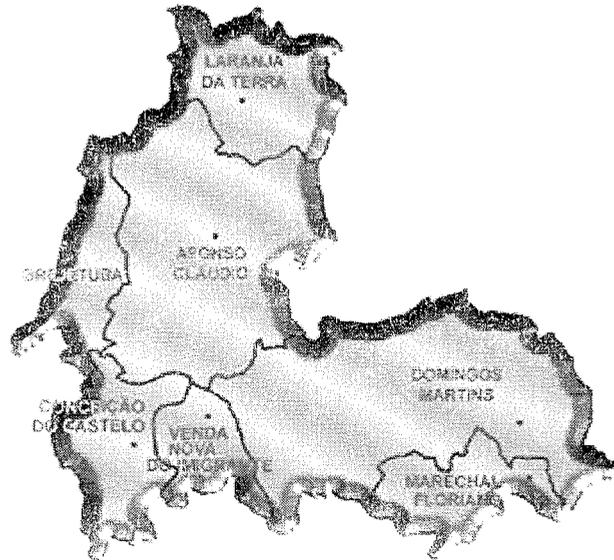
Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Domingos Martins	38	19,19	428	31,96
Venda Nova do Imigrante	58	29,29	404	30,17
Afonso Cláudio	40	20,20	205	15,31
Marechal Floriano	32	16,16	185	13,81
Conceição do Castelo	15	7,57	67	5,00
Brejetuba	05	2,54	33	2,46
Laranja da Terra	10	5,05	17	1,29
Microrregião (total)	198	100,00	1.339	100,00

Fonte: Fines / Ideies

Por fim, merece destaque a importância que vem tomando o movimento associativista para alguns municípios do Estado. Os casos de Afonso Cláudio e Laranja da Terra são exemplos disto na microrregião.

Os consórcios intermunicipais e conselhos municipais, igualmente, têm-se tornado bastante comuns e, conforme constatado, constituem estratégias eficientes de solução de diferentes tipos de problemas municipais ou intermunicipais.

Mapa da Microrregião Sudoeste Serrana



Com uma área total de 4.630 km² e população estimada para 1998 (IBGE) de 154.478 habitantes, a Microrregião (MCR) Litoral Norte é composta pelos municípios (em ordem decrescente de população) de: São Mateus (86.631 habitantes), Conceição da Barra (26.907), Pedro Canário (23.043) e Jaguaré (17.897). Sua área corresponde a 10% da área territorial do ES e a população para 1998, a 5,3% do total do ES. A densidade demográfica da microrregião para 1998 é de 33,4 hab/km² — enquanto a do ES é de 62,7 hab/km². A seguir, as densidades (arredondadas) dos respectivos municípios: Pedro Canário (53 hab/km²), São Mateus (37), Jaguaré (27) e Conceição da Barra (22,5). A densidade da microrregião para 1998 está bem abaixo da do ES, bem como da maior parte dos municípios. A única que está próxima da estadual é a de Pedro Canário.

A microrregião comporta duas porções distintas: a faixa litorânea, que compreende a orla marítima e seus elementos naturais e paisagísticos relacionados a essa situação, e a parte interior, nos limites dos municípios que a compõem, cuja atividade econômica relaciona-se à agricultura empresarial intensiva e à agroindustrialização.

Essas duas porções devem ser tratadas no pressuposto de sua integração, a partir da ótica da complementaridade, garantindo a solidariedade entre as atividades ali desenvolvidas, a fim de viabilizá-las de forma harmônica. Como exemplo, evitar que a agricultura intensiva venha a prejudicar ambientes ecologicamente frágeis, comprometendo as atividades turísticas e de pesca, seja nos aspectos fundiário-paisagísticos, seja técnico-ambientais.

Seu elemento estruturante de referência é a rodovia BR-101, que vincula os fluxos e rendas regionais com a região metropolitana e que lhe vincula as economias ascendentes do Sul da Bahia. Outras rodovias devem ser consideradas pelo seu potencial de integração do Norte e Noroeste capixabas: a ES-315, que dá acesso a Boa Esperança, Pinheiros, Montanha e Mucurici; a ES-381, que dá acesso a Nova Venécia; e a ES-430, que une Jaguaré à BR-101.

Contém as bacias dos rios Itaúnas e São Mateus, que atualmente são mais referenciais geográfico e ambiental do que propriamente econômico e espacial.

As sedes urbanas de Pedro Canário, Jaguaré e Conceição da Barra desempenham função de “cidades locais incompletas”; a última, especializada nas funções de turismo e pesca.

Além dessas sedes, numerosos núcleos urbanos concentrados ou estendidos ao longo da orla das rodovias refletem o caráter sazonal dos empregos da microrregião. Esses núcleos, constituídos em grande parte de habitações precárias, são mal dotados de infra-estrutura e sua população é carente de serviços públicos elementares.

A sede de São Mateus tem o papel de “cidade regional”, enquanto ponto urbano de vinculação de todo o território com a metrópole. É o principal local de reprodução de toda a economia regional, principalmente no que se refere ao provimento de comércio e serviços públicos/privados.

Internamente, este espaço cumpre a função de solidificar um processo produtivo ligado majoritariamente ao complexo agroindustrial, subordinado diretamente ao capital industrial. Funciona São Mateus como núcleo emanador da lógica empresarial para a agricultura do Norte capixaba. Do ponto de vista externo à microrregião, intermedeia fluxos de mercadorias e renda, além de interesses em relação à metrópole, capturando nesse processo economias sediadas no Sul da Bahia.

Sua faixa litorânea sedia a economia da pesca artesanal. Desempenha também a função de área de lazer e de retenção de renda, através da exploração de atividades de turismo, que se dá de maneira diferenciada ao oferecer ambientes distintos em seus três principais pólos: Guriri, Conceição da Barra e Itaúnas. Nessas condições, a preservação ambiental e dos sítios paisagísticos e ecológicos funciona como pressuposto para a sustentação dessas funções econômicas.

O setor agropecuário da microrregião possui as seguintes atividades em destaque: cafeicultura; cultivo de pimenta-do-reino;⁹ fruticultura tropical (mamão,¹⁰ melancia, coco-da-baía, coco-anão,¹¹ maracujá, laranja e limão); pecuária de corte e leiteira; silvicultura; heveicultura;¹² piscicultura; carcinicultura; suinocultura; cultivo de cana-de-açúcar; de palmito;¹³ culturas alimentares (feijão, milho, arroz e mandioca), cultivo de abóbora; de pupunha; de macadâmia¹⁴. Agroindústrias (forte presença das empresas agrícolas): produção de álcool e açúcar; palmito em conserva; leite e derivados; amidos especiais; processamento da macadâmia; torrefação do café; fábricas de aguardente. Também o destaque para a alta concentração fundiária em S. Mateus.

Atividade pesqueira — Com aproximadamente 3.800 pescadores, com destaque para Conceição da Barra, esta potencialidade econômica (e social) que num passado recente esteve em situação bem melhor na microrregião, hoje encontra-se em decadência ou pelo menos em estagnação: o assoreamento dos rios

⁹ Cultura altamente concentrada sobretudo em S. Mateus, que detém em torno de 87% da produção estadual. Trata-se do maior produtor estadual, sendo o Estado o segundo produtor do País.

¹⁰ S. Mateus é o terceiro maior produtor estadual e o Estado e o segundo produtor do País.

¹¹ S. Mateus possui a maior área plantada do ES e uma das maiores da Região Sudeste.

¹² S. Mateus é o quarto maior produtor estadual e o ES é o quarto maior produtor do País.

¹³ Cultivo de grande importância para os produtores rurais. Destaque para a empresa Coimex Agrícola S/A. S. Mateus abriga o viveiro “Arueira”, um dos maiores do Brasil. A produção de S. Mateus é a maior do ES.

¹⁴ Trata-se de um dos maiores plantios do Brasil, destacando-se a empresa Vaversa.

Itaúnas e Cricaré provoca encalhamento de barcos de pesca industrial, que outrora eram o símbolo de uma atividade promissora. Além deste fator, eminentemente físico-ambiental — ou seja, a formação de bancos de areia, diminuindo a profundidade dos rios, impedindo a entrada e saída de barcos maiores, com calados mais profundos —, o fenômeno da “sobrepesca”¹⁵ veio piorar ainda mais a situação. Sem negar, entretanto, sua importância para a microrregião, o que temos hoje é uma atividade pesqueira artesanal — ou mesmo subartesanal —, caracterizada fundamentalmente pela “pesca de dia”, que consiste na ida e volta do pescador no mesmo dia, não ultrapassando alguns quilômetros da costa.

As tabelas seguintes nos mostram uma tímida presença de plantas industriais, em que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Químico	06	4,80	1.280	44,65
Extração de minerais	01	0,80	538	18,77
Alimentos	29	23,20	241	8,41
Mecânico	06	4,80	166	5,79
Madeira	11	8,80	115	4,01
Serviços de rep. e cons.	10	8,00	83	2,90
Bebidas	03	2,40	68	2,37
Editorial e gráfica	08	6,4	68	2,37
Mobiliário	09	7,20	66	2,30
Minerais não metálicos	09	7,20	64	2,23
Construção civil	06	4,80	61	2,13
Vest. calç. e artef. de tecidos	10	8,00	43	1,49
Têxtil	01	0,80	33	1,15
Serviços ind. de util. públ.	07	5,60	25	0,87
Metalúrgico	05	4,00	12	0,42
Mat. elétr. e de comunicação	03	2,40	04	0,14
Serviços de informática	01	0,80	00	00
Microrregião (total)	125	100,00	2.867	100,00

Fonte: Fines / Ideias

¹⁵ Intensidade do processo de pesca nas suas mais variadas formas (rede, arrasto, tarrafa, linha de fundo, etc.), não se respeitando o devido “descanso” das áreas, não dando, portanto, oportunidade de reprodução satisfatória aos cardumes.

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
São Mateus	72	57,60	1.371	47,82
Conceição de Barra	17	13,60	1.015	35,40
Pedro Canário	23	18,40	425	14,82
Jaguaré	13	10,40	56	1,96
Microrregião (total)	125	100,00	2.867	100,00

Fonte: Fines / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	125	2,00	2.867	2,49
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Fines / Ideies

a) quanto ao gênero das empresas instaladas, a partir do critério pessoal ocupado, o destaque é para o químico (leia-se indústrias de álcool e açúcar) e extração de minerais, representando 63% do total da força de trabalho empregada; no que tange ao número de plantas, o único que se destaca é o de alimentos, com 23% do total (as demais plantas disseminam-se pelos outros gêneros existentes); b) na composição municipal da microrregião acabam predominando São Mateus e Conceição da Barra, com 83% do total do pessoal ocupado; no que diz respeito ao número de plantas, Pedro Canário suplanta Conceição da Barra, ambos representando 76% do total; c) na relação da microrregião com o ES, fica evidente sua pequena participação: 2,5% do total de pessoal ocupado no Estado e apenas 2% do total de plantas.

Turismo — Desenvolve-se a modalidade litorânea. Além das possibilidades do rio Cricaré, registre-se a presença histórica e cultural do sítio de São Mateus, destacando-se, ainda, Conceição da Barra, com seus 2 mil leitões, e o carnaval, famoso em âmbito regional e nacional.

No que tange ao processo organizativo da microrregião, destacam-se as seguintes instituições/entidades: Consórcio Intermunicipal de Saúde, Comitê Provisório da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, Cooperativa de Crédito Credi-Cristal, Sinal Verde Instituto de Pesquisas Ambientais, associações de produtores rurais, Projeto Tamar, Mepes e Ceunes/Ufes, em São Mateus, além dos vários assentamentos rurais e seu processo de organização.

Projetos mais importantes que estão sendo tocados na microrregião: produção de mudas de café; pólo pesqueiro, em Nativo de Barra Nova (São Mateus); pólo de piscicultura, na mesma localidade e em Conceição da Barra; maricultura (criação de ostras), em Conceição da Barra; “Farol do Desenvolvimento” e “Descobrendo Talentos” (Pedro Canário).

Finanças municipais¹⁶ — Dois agregados medem com razoável precisão a saúde dos municípios: a receita total¹⁷ e, principalmente, a receita total “per capita”. Assim, temos: a) os seguintes valores para a receita total per capita dos municípios: Jaguaré (R\$ 314,00),¹⁸ Conceição da Barra (R\$ 288,00), São Mateus (R\$ 234,00)¹⁹ e Pedro Canário (R\$ 199,00). Para a microrregião, temos uma média de R\$ 259,00; b) considerando que a medida para o ES no seu conjunto é de R\$ 337,00, a da microrregião como um todo está 23% abaixo deste parâmetro; c) a média aritmética simples dos valores dos 77 municípios do ES equivale a R\$ 319,00; entretanto, a média “limpa” (média \pm desvio padrão) é de R\$ 304,00; desta forma, a microrregião como um todo está abaixo da média, bem como todos os municípios, à exceção de Jaguaré; c) tomando-se, por fim, o valor mediano, que é igual a R\$ 500,00, sendo o máximo de R\$ 858,00 (Vitória) e o mínimo de R\$ 143,00 (Cariacica), somente dois municípios do Estado possuem receitas totais per capita acima do valor mediano, além de Vitória: Aracruz (R\$ 803,00) e Anchieta (R\$ 689,00).²⁰ Todos os municípios da microrregião estão bem abaixo desta medida.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião:

Reforçar o caráter empresarial da agricultura aí desenvolvida, inserindo-a na estratégia de competitividade do Estado do Espírito Santo; criar programas com vistas a consolidar essa competitividade das atividades diretamente ligadas ao complexo agroindustrial localizado na microrregião.

¹⁶ Cf. i) Receita total, 1992-1997 (Em mil reais de maio de 1998). ii) Quadro comparativo da receita *per capita*, 1997. iii) *Ranking* das maiores receitas totais e tributárias *per capita*, 1997. *Finanças dos municípios capixabas*. V 4 (1998). Vitória: Aequus Cons., 1998, p. 8; 18-19; e 69. Obs.: os valores foram trabalhados a partir de balancetes municipais de 1997 e atualizados em R\$ de mai/1998.

¹⁷ Igual ao somatório das seguintes parcelas: Rec. trib. + IPTU + ISS + ITBI + Taxas + FPM + QPM-ICMS (cf. *op. cit.*).

¹⁸ Maior receita total *per capita* da microrregião devido ao seu pequeno contingente populacional.

¹⁹ Apesar de S. Mateus possuir uma receita total *per capita* pequena, é importante assinalar que este município está entre os dez do ES com maiores receitas totais, juntamente com Aracruz, Guarapari, Linhares, Colatina, Cachoeiro, Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica. Em 1997 sua receita total foi de R\$ 19,348 milhões, o penúltimo neste *ranking*, acima apenas de Guarapari.

²⁰ Nesses dois últimos, devido à presença do conglomerado Aracruz Celulose e da Samarco Mineração.

Direcionar investimentos de modernização tecnológica da produção agrícola desenvolvida nesta área de forma vinculada a projetos agroindustriais ou de agricultura empresarial que lhes dêem a dinâmica.

Garantir a consolidação de empresas agrícolas e/ou agroindústrias capacitadas tecnologicamente de forma competitiva em termos de processo, de produto e de controle de canais de comercialização, capazes de funcionar enquanto pólo de dinamismo de toda a economia

Considerar São Mateus como área prioritária para a localização de investimentos agroindustriais, reforçando-a enquanto núcleo de toda uma região progressivamente agroindustrializada e de desenvolvimento de caráter empresarial.

Evitar que o processo de agroindustrialização se dê através da formação de grandes maciços homogêneos; estimular um processo de “diversificação homogênea” com culturas não tradicionais (especialização na esfera das unidades produtivas), com vistas a otimizar o mercado de trabalho (redução da sazonalidade do emprego agrícola).

Estabelecer região qualificada para a construção de terminal intermodal dotada de um distrito industrial, caracterizado pela concentração de empreendimentos agroindustriais integrados ou semi-integrados, serviços produtivos para os conglomerados situados no Norte do Estado e no Sul da Bahia — sempre que apresentarem escala e domínio tecnológico compatíveis (metalmecânica) para a prestação de tal serviço, além de empreendimentos relacionados à base mineral do corredor (granito e sal-gema).

Construir e conservar uma malha de interligação viária no interior da região com a lógica de reforçar a canalização de sua produção para a cidade de São Mateus. Garantir inversões necessárias à consolidação dessa área como pólo irradiador de uma lógica agroindustrial e empresarial (água, luz, telecomunicações, etc.).

Canalizar recursos para a consolidação do “distrito industrial” de São Mateus (agroindústrias, metalmecânica, granito e serviços produtivos). Área para localização de planta de energia à base de carvão vegetal.

Controlar o processo de adensamento demográfico sem estrutura urbana satisfatória, ao longo das rodovias.

Consolidar São Mateus como “cidade regional”, um centro prestador de serviços sociais, cidade agroindustrial e prestadora de serviços aos conglomerados, com vistas, entre outras coisas, a conter o fluxo populacional, proveniente do Norte do Estado e Sul da Bahia em direção à Grande Vitória, demandante deste tipo de serviço, através de: concentração de investimentos em infra-estrutura de saúde e educação; concentração de escritórios dos órgãos públicos responsáveis por investimentos em infra-estrutura social.

Reforçar a “Universidade Regional” (Ceunes), adequando a oferta de cursos às necessidades regionais e lançando-se mão, fundamentalmente, de recursos locais.

Efetuar controle ambiental das atividades industriais e de serviços ali sediados, de modo a garantir seu desenvolvimento de forma sustentável e sem comprometer as funções de outras zonas, principalmente a litorânea. Preservar os remanescentes da Mata Atlântica.

Garantir inversões necessárias à infra-estrutura turística, tais como acessos rodoviários, investimentos paisagísticos, saneamento, coleta e tratamento de lixo, instalação de equipamentos recreativos, embelezamento das cidades, dentre outros. Desenvolver a exploração de um turismo integrado, com a oferta de produtos turísticos múltiplos. Garantir a participação financeira governamental em empreendimentos hoteleiros. Conferir à Secretaria de Estado de Turismo a tarefa de elaboração de um plano diretor que possa integrar (e diversificar) o turismo litorâneo ao longo da costa capixaba.

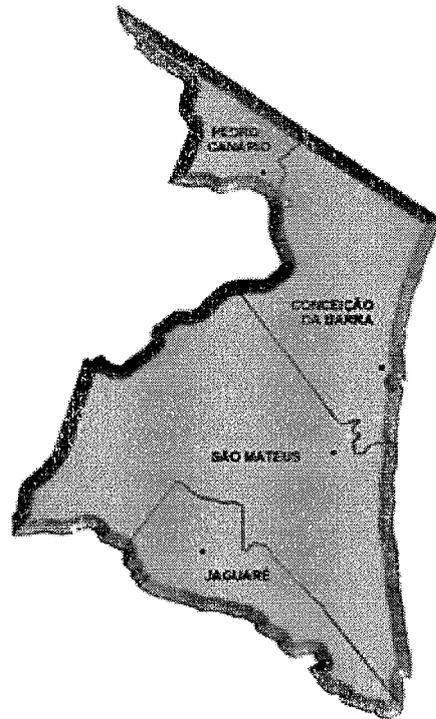
Restringir investimentos que possam comprometer as funções fundamentalmente dependentes da conservação de recursos naturais. Evitar dispersão de recursos com projetos isolados de hotéis e pousadas possíveis de ser efetuados pelos próprios empresários.

Apoiar a atividade da pesca artesanal na microrregião e para além dela. Tal apoio (de base) é papel exclusivo do governo do Estado, em parceria com a iniciativa privada, com o governo federal e ONGs nacionais e internacionais. Tendo em vista o forte caráter social da atividade, o desafio que se coloca é retomar atividades que já foram dinâmicas na microrregião e torná-las mais profissionais e lucrativas, com bom nível de tecnologia: atividades ligadas a embarcações, a instrumentos de navegação, “ao frio”, esta última em articulação com a metrópole e Sul do Estado. Que se amplie a oferta de empregos, com razoável nível de adequação às necessidades de reprodução dos cardumes, evitando-se a “sobrepesca”. Isso significa conduzir um processo sério de conscientização dos atores locais ligados à atividade, apontando-se para a seguinte fórmula: quanto mais procurarem preservar o meio ambiente (mar e seus frutos), melhor será a dinamização do processo, além de garantir uma maior sobrevida a este segmento econômico.

Revitalizar as atividades culturais da região.

Investir em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

Mapa da Microrregião Litoral Norte



Os municípios a que se refere este documento estão situados na Microrregião (MCR) Extremo Norte, que possui as características básicas que seguem.

Com uma área total de 2.974 km² e população estimada para 1998 (IBGE) de 51.910 hab., é composta pelos seguintes municípios (em ordem decrescente de população): Pinheiros (20.766), Montanha (17.706), Ponto Belo (7.025) e Mucurici (6.413). Sua área corresponde a 6,4% da área territorial do ES e a população para 1998 corresponde a apenas 1,8% do total do ES. A densidade demográfica (para 1998) da microrregião é de 17,4 hab/km² — enquanto a do ES é de 62,7 hab/km². A seguir, as densidades (arredondadas) dos respectivos municípios: Pinheiros (21), Ponto Belo (19,5), Montanha (16) e Mucurici (12). A partir da densidade tanto da microrregião, quanto dos seus municípios, nota-se um claro vazio populacional por unidade de área.

O setor agropecuário da microrregião possui as seguintes atividades em destaque: pecuária de corte; cafeicultura; fruticultura tropical (mamão,²¹ abacaxi, banana, coco-da-baía, maracujá, laranja e limão); silvicultura; cultivo da abóbora; do feijão; da macadâmia; da mandioca; do milho; e a pecuária leiteira. Há, também, a presença de agroindústrias (fábricas de aguardente, de farinha de mandioca, empacotadeira e laticínios).

A principal atividade da região é a pecuária de corte. Em seguida vem a constituição de florestas para a produção de celulose e energia, principalmente. Deverá haver uma redução na área ocupada pela pecuária, sem a conseqüente diminuição do rebanho bovino, a qual deverá ser incorporada pelo reflorestamento.

Esta microrregião atua como “fronteira agrícola” da lógica produtiva da Microrregião Litoral Norte. Na primeira, a lógica empresarial pode incidir de forma mais concentrada e homogeneizada do que nas demais, devido ao caráter de concentração fundiária e de exploração (pecuária) nela vigentes.

No que diz respeito exclusivamente à pecuária de corte, temos os seguintes pontos mais importantes a serem considerados: a) A especialização se dá a partir das condições do clima e estrutura fundiária, principalmente. Apesar disso, trata-se de uma produção relativamente fraca, o que decorre de suas bases tradicionais, implicando baixo nível tecnológico. b) O produtor encontra-se desvinculado das fases de processamento e comercialização. c) Os frigoríficos não se articulam com os criadores, o que força uma integração intrafirma. Esta desarticulação aumenta os riscos de perda do poder de decisão para fora do Estado. d) O setor informal representa um grande peso. e) A atual base de

²¹ Sendo Pinheiros o maior produtor do Estado e um dos maiores do Brasil. Também sua produção de maracujá é uma das maiores do ES. No campo da pecuária seletiva, o município possui, igualmente, o maior plantel da raça “Simental Puro” do Brasil, sendo um dos maiores da América Latina.

produção implica manter — e até aumentar — a capacidade ociosa do setor. f) Existe uma modernização em curso, de difícil captação, ou seja, crescem os níveis de eficiência e de especialização dos frigoríficos.

No tocante aos processos de comercialização, podemos fazer duas constatações. A primeira é que a pecuária na microrregião apresenta alto grau de informalidade, considerando que sua ociosidade decorre da incapacidade de concorrer em mercados mais amplos que o regional. Registre-se, em segundo lugar, a falta de integração dos sistemas locais de criação e engorda de bovinos de corte com o mercado regional e nacional. Além disso, sua estrutura é pouco adequada para fazer frente às novas tendências em curso, ou seja, a crescente importância dos industrializados e dos cortes fixos de marca, além da entrada das empresas líderes de carne bovina.

As tabelas seguintes nos mostram uma tímida presença de plantas industriais, em que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Alimentos	21	43,75	78	38,81
Minerais não-metálicos	03	6,25	30	14,93
Serviços Ind. de util. públ.	07	14,59	27	13,43
Serviços de rep. e cons.	03	6,25	24	11,94
Extração de minerais	01	2,08	12	5,97
Mobiliário	03	6,25	08	3,98
Editorial e gráfica	02	4,17	07	3,48
Mecânico	02	4,17	06	2,99
Bebidas	03	6,25	05	2,49
Madeira	01	2,08	03	1,49
Vest. calç. e artef. de tecidos	01	2,08	01	0,49
Metalúrgico	01	2,08	00	00,00
Microrregião (total)	48	100,00	201	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Pinheiros	21	43,75	110	54,73
Montanha	20	41,67	46	22,89
Ponto Belo	04	8,33	37	18,41
Mucurici	03	6,25	08	3,97
Microrregião (total)	48	100,00	201	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	48	0,77	201	0,17
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) do ponto de vista do pessoal ocupado, apenas quatro gêneros possuem destaque na microrregião, respondendo por 79% do total de empregos gerados no setor: alimentos, minerais não-metálicos, serviços industriais de utilidade pública e serviços de reparo e conservação; b) no que diz respeito ao número de plantas instaladas por gênero, apenas dois merecem destaque: alimentos e serviços industriais de utilidade pública; c) Pinheiros destaca-se como o município mais importante da microrregião, absorvendo quase 55% do pessoal empregado no setor e quase 44% do total de plantas instaladas; d) por fim, no contexto estadual, a microrregião não possui nenhuma relevância no secundário, representando menos de 1% tanto na geração de empregos, quanto no total de plantas instaladas em território capixaba.

No que tange ao processo organizativo da microrregião, os destaques se fazem presentes através das seguintes instituições/entidades: Comitê Provisório da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas;²² Conselho Municipal de Desenvolvimento (Mucurici); Consórcio Interestadual de Saúde (tais entidades estão presentes nos municípios de Montanha e Mucurici); e o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (Mepes).

²² Trata-se de uma iniciativa crucial, devido à importância estratégica dos mananciais (o rio Itaúnas como um dos mais importantes, não somente para a cidade de Conceição da Barra, mas igualmente para todo o Norte do Estado), especialmente numa região flagelada pela seca, recentemente assumida pela Sudene.

Finanças municipais²³ — Dois agregados medem com razoável precisão a saúde dos municípios: a receita total²⁴ e, principalmente, a receita total “per capita”. Assim, temos: a) os seguintes valores para a receita total per capita dos municípios: Mucurici (R\$ 496,00), Ponto Belo (R\$ 320,00), Montanha (R\$ 263,00) e Pinheiros (R\$ 245,00). Para a microrregião, temos uma média de 331; b) considerando que a medida para o ES no seu conjunto é de R\$ 337,00, conclui-se que a microrregião como um todo está praticamente dentro deste parâmetro; c) a média aritmética simples dos valores dos 77 municípios do ES equivale a 319; entretanto, a média “limpa” (média \pm desvio padrão) é de 304; desta forma, pode-se afirmar que a microrregião como um todo está acima da média, bem como os municípios de Mucurici e Ponto Belo; c) tomando-se, por fim, o valor mediano, que é igual a 500 [máximo de 858 (Vitória) e mínimo de 143 (Cariacica)], somente dois municípios possuem receitas totais per capita acima dele, além de Vitória: Aracruz (803) e Anchieta (689).²⁵ O curioso é notar que Mucurici, o município mais bem situado na microrregião, possui uma receita total per capita praticamente coincidente com o valor mediano para o conjunto dos municípios capixabas.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião:

- Garantir disponibilidade e uso racional de água (proteção de mananciais, reflorestamento, com este objetivo).
- Mantendo a pecuária e o reflorestamento como base da agropecuária, garantir a manutenção de espaços para funcionamento da produção das pequenas propriedades existentes (produtos alimentares e fruticultura).
- Modernização da pecuária.
- Estimular a terceirização na atividade canavieira e outras possibilidades de diversificação agrícola (por exemplo: fruticultura).
- Manutenção e exploração de mananciais hídricos.
- Investimentos em interligações viárias.

²³ Cf. i) Receita total, 1992-1997 (em mil reais de maio de 1998). ii) Quadro comparativo da receita per capita, 1997. iii) Ranking das maiores receitas totais e tributárias per capita, 1997. Finanças dos municípios capixabas. V 4 (1998). Vitória: Aequus Cons., 1998, p. 8; 18-19; e 69. Obs.: os valores foram trabalhados a partir de balancetes municipais de 1997 e atualizados em R\$ de mai/1998.

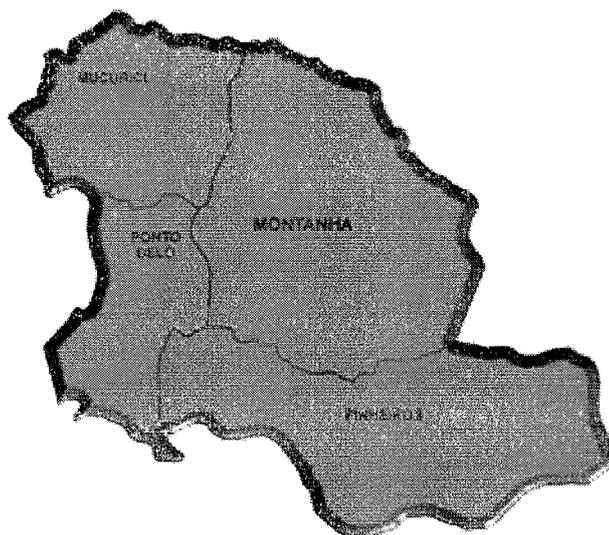
²⁴ Igual ao somatório das seguintes parcelas: Rec. trib. + IPTU + ISS + ITBI + Taxas + FPM + QPM-ICMS (cf. *op. cit.*).

²⁵ Nesses dois últimos, devido à presença do conglomerado Aracruz Celulose e da Samarco Mineração.

Especificamente no campo da pecuária de corte:

- Apoio massivo à melhoria de pastagens, aprimoramento genético e controle sanitário do rebanho.
- Incentivo à especialização do produtor.
- Evolução rumo à especialização de plantas (frigoríficos); integração a montante com frigoríficos menos equipados para a industrialização, mas bem capacitados para abate, resfriamento e desossa.
- Adequação da estrutura produtiva às novas tendências do mercado de carnes que exigem cortes especiais e algum nível de industrialização anterior ao varejo.
- A constituição de um complexo industrial competitivo requer a formação de um mercado transparente e ágil de carne em carcaça, incompatível com os níveis atuais de sonegação e abate clandestino.
- Estímulo, na microrregião, à criação de um núcleo de excelência na criação/abate de bovinos capaz de assumir a hegemonia do processo de decisão daquela atividade.
- Apoio a atividades regionais disseminadoras de progresso técnico (inseminação artificial, transferência de embriões e treinamento de mão-de-obra).
- Apoio ao estabelecimento de empreendimentos vinculados a cadeias regionais/nacionais, imprimindo maior nível de especialização e eficiência à atividade na origem.

Mapa da Microrregião Extremo Norte



Com uma área total de 3.252,4 km² e população estimada para 1998 de 169.282 habitantes (IBGE), a Microrregião (MCR) Pólo Colatina é composta pelos municípios de: Colatina (106.472 habitantes), Baixo Guandu (26.458), Pancas (19.707), Marilândia (9.574) e Alto Rio Novo (7.071). Sua área corresponde a 7% da área territorial do Espírito Santo e a população para 1998, a 5,8% do total do Estado. A densidade demográfica (para 1998) da microrregião é de 52 hab/km², enquanto a do ES é de 62,7 hab/km². A seguir, as densidades demográficas dos respectivos municípios: Colatina, 59,2 hab/km²; Marilândia, 31,6; Alto Rio Novo, 29,7; Baixo Guandu, 28,9; e Pancas, 24. A densidade da microrregião para 1998 está abaixo da do ES, bem como as de todos os municípios. Destaca-se Colatina, que está bem próxima à do ES. Observa-se que o município-pólo da MCR (Colatina) apresenta uma relação superior à da região, assim como superior à de todos os municípios, sem exceção (mais de duas vezes superior à do município menos denso, que é Pancas). Assim, pode-se afirmar que a Microrregião Pólo Colatina apresenta um significativo vazio populacional, à exceção de Colatina, o município mais denso, polarizador do Norte capixaba.

Situada praticamente no centro do corredor produtivo de “diversificação com café”, a sede municipal de Colatina, cidade regional completa, efetivamente polariza os municípios que compõem esta microrregião, além de outros, tanto ao norte quanto ao sul do rio Doce, incluindo territórios municipais de outras microrregiões, como, por exemplo, a polarizada por Nova Venécia (no centro-norte do Estado), expandindo seu raio de polarização até mesmo a vários municípios polarizados pela região metropolitana da Grande Vitória (GV).

As condições de polarização do município de Colatina foram construídas historicamente a partir dos fluxos de renda gerados pela cafeicultura (sobretudo na época da colheita), parte deles vindo desaguar em sua praça, definindo, em última instância, sua dinâmica econômica, principalmente a do setor comercial. E ainda hoje a polarização exercida por Colatina se funda (mesmo que em menor escala) nesta atividade. Portanto, a condição de “cidade regional” desenhada para este município em particular ainda se deve às atividades cafeicultoras, mesmo que diversificadas com outras.

Do ponto de vista das suas condições naturais, a microrregião possui um clima quente e úmido, com uma pluviometria média anual de 1.200 mm; entretanto, esta média não tem sido atingida nos últimos anos, devido à incidência de longos períodos de estiagem.

Segundo o IBGE (1995/96), a Microrregião Pólo Colatina possuía, em 1996, as seguintes atividades agropecuárias mais importantes: cafeicultura (principal atividade agrícola dos estabelecimentos com área de 0 a 100 ha), pecuária leiteira, milho, banana, coco-da-baía, arroz, feijão, mandioca, tomate, manga, cacau, laranja, cana-de-açúcar, maracujá, pimenta-do-reino e mamão. Entretanto, a partir do critério Valor Bruto da Produção (VBP), somente as quatro primeiras atividades possuíam considerável relevância econômica: cafeicultura (84% do

VBP); pecuária de leite (7,2%), cultivo de milho (2%) e da banana (1,5%). Elas, em conjunto, eram responsáveis por aproximadamente 95% do valor gerado na agropecuária microrregional. Os 5% restantes ficavam para as demais atividades. Nota-se claramente, por esses dados, que se trata ainda de uma microrregião fortemente dependente da renda gerada pelo café e que o processo de diversificação agrícola é ainda muito incipiente.

De acordo com as informações dos escritórios locais da Emcaper (1999), além das atividades já citadas, temos ainda: pecuária de corte, silvicultura e fruticultura (goiaba, limão branco e pinha).

No campo da comercialização do café, as principais dificuldades do ponto de vista do produtor são: baixa remuneração obtida pelos agricultores com a venda de seus produtos, revertendo o lucro aos intermediários; desinformação quanto à classificação do produto; grande dificuldade de acesso direto ao mercado externo; política de estoque insatisfatória e dificuldade no transporte; idem, no tocante à armazenagem. Tal dinâmica de comercialização engendra uma forte concentração de renda no interior da microrregião.

Apesar de existirem algumas empresas mais importantes especializadas na centralização e comercialização do café, sua importância ainda restringe-se praticamente ao contexto regional, uma vez que o volume de grãos comercializados representa menos de 2% do produzido no País. Entretanto, tais empresas têm uma importância significativa na configuração dos fluxos e movimentos globais para exportação comandados pela GV (na comercialização do café em grãos, o porto de Vitória é o segundo principal em âmbito nacional, sendo superado apenas pelo de Santos/SP).

Há duas dificuldades principais no que se refere à produção do café, que são os altos preços dos insumos, particularmente para o pequeno produtor, e de implementos agrícolas.

A política de diversificação com o café, apesar dos pequenos avanços obtidos nos últimos tempos, ainda não garante o nível ideal de renda para o produtor; vale dizer: depende quase que exclusivamente da produção cafeeira.

Devido aos gargalos na área educacional, acabam acontecendo dificuldades no campo do aprimoramento gerencial e tecnológico, não somente com relação à produção cafeeira, mas também a culturas consorciadas e, mesmo, diversificadas.

Nesta forma de produção agrícola, a relação de trabalho predominante é a parceria (fora do período de colheita do café), caracterizando-se, fundamentalmente, pelo esquema de partilha, a meação. Entretanto, nos maiores estabelecimentos, cujos proprietários detêm poder de renda mais significativo, é utilizada, principalmente na época de colheita, uma grande quantidade de assalariados temporários (diaristas). (Este é um dos maiores gargalos da cafeicultura local.) E os volantes são recrutados principalmente em Minas Gerais, no Sul da Bahia, em São Mateus e em Linhares.

O conjunto arroz, milho, feijão e mandioca, que cumprem sobretudo o papel de culturas de subsistência, não possui um significado maior na microrregião do ponto de vista da comercialização, a não ser um ligeiro destaque para a cultura do arroz.

A olericultura existente, com destaque significativo para a cultura do tomate, é amplamente favorecida, por estar às margens de afluentes do rio Doce, espraiando-se também ao longo das margens do rio principal; praticamente 70% do volume olerícola microrregional é destinado à Ceasa, sendo o restante consumido na própria microrregião.

No que diz respeito a agroindústrias, elas se resumem no Frisa e em microempresas agroindustriais que produzem leite pasteurizado, queijos artesanais, manteiga, iogurte, doces e aguardente.

Quanto à estrutura fundiária, a microrregião é constituída fundamentalmente por pequenos (0-50 ha) e médios (maiores de 50-200 ha) estabelecimentos rurais; portanto, os pequenos, em termos numéricos, representam entre 50% e 70% da totalidade dos estabelecimentos.

As tabelas seguintes mostram que:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Vest. Calç. E artef. De tecidos	147	36,65	3.897	43,94
Alimentos	43	10,72	1.288	14,52
Serviços de rep. E cons.	41	10,22	1.003	11,31
Minerais não-metálicos	37	9,22	746	8,41
Mobiliário	35	8,72	481	5,43
Metalúrgico	11	2,73	387	4,36
Construção civil	06	1,50	320	3,61
Extração de minerais	13	3,24	137	1,55
Mecânico	12	3,00	134	1,51
Madeira	16	4,00	116	1,31
Editorial e gráfica	08	2,00	85	0,96
Borracha	02	0,50	51	0,58
Material plástico	03	0,75	43	0,48
Mat. Elétr. E de comunicação	03	0,75	42	0,47
Couros, peles e similares	04	1,00	37	0,42
Serviços Ind. De util. Públ.	05	1,25	29	0,33
Diversas	03	0,75	28	0,32
Serviços de informática	06	1,50	26	0,29
Material de transporte	01	0,25	08	0,10
Farmacêutico e veterinário	01	0,25	04	0,05
Têxtil	01	0,25	04	0,05
Bebidas	02	0,50	-	-
Químico	01	0,25	-	-
Microrregião (total)	401	100,00	8.866	100,00

Fonte: Fines / Ideias

Número de unidades industriais e pessoal ocupado por município -- 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Colatina	314	77,34	8.300	93,62
Baixo Guandu	47	11,58	332	3,74
Marilândia	21	5,17	157	1,77
Pancas	18	4,43	72	0,81
Alto Rio Novo	06	1,48	05	0,06
Microrregião (total)	406	100,00	8.866	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
<i>Microrregião</i>	406	6,50	8.866	7,69
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) os gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos (leia-se “confeções”); alimentos; serviços de reparação e conserto; minerais não-metálicos; mobiliário; metalúrgico; construção civil representam quase a totalidade dos empregos gerados na microrregião: 91,6%; b) quanto ao número de plantas instaladas, os cinco primeiros gêneros correspondem a 75,5% do total; c) na distribuição de plantas e pessoal ocupado por município, o destaque fica apenas para Colatina, detendo este município praticamente 94% dos empregos gerados no setor e 77% das plantas instaladas; d) a Microrregião Pólo Colatina, com 406 unidades e 8.866 pessoas empregadas na indústria, situa-se abaixo da média microrregional quanto ao número de plantas e próxima desta média no que diz respeito ao volume de empregos gerados (a média microrregional seria de 9.606 pessoas ocupadas).

Desde a segunda metade do anos 60, praticamente coincidindo com o último processo de erradicação dos cafezais no Espírito Santo, faz-se presente na microrregião o segmento de confeções, sendo hoje o mais importante sob vários aspectos (renda e empregos gerados, faturamento, integração “para fora” do Estado, etc.), com 138 empresas formalizadas — o índice de informalidade no segmento é muito grande — e 3.788 pessoas empregadas, representando 45% do total de empregos do setor industrial do município de Colatina.

O destaque maior no segmento de confecções é Colatina, não possuindo tal atividade uma relação direta com os fluxos de renda definidos pela cafeicultura, quer do ponto de vista das suas origens históricas, quer da sua manutenção atual; tem, portanto, uma certa “autonomia” em relação àquela atividade hegemônica (isto acontece não somente em relação aos seus movimentos internos de reprodução, mas sobretudo no âmbito da realização da produção, que se dá em várias cidades — e estados — fora do Espírito Santo).

Grande parte das unidades de confecções trabalha no sistema de *facção*, que significa mais um padrão de informalização da produção do que propriamente um processo de terceirização dela, de forma qualificada, como ocorre no mercado mundial, objetivando redução de custos pautada na sub-remuneração da força de trabalho, além da sonegação de impostos.

Frigorífico Rio Doce S/A (Frisa) — Empresa de médio porte (grande porte para os critérios regionais) que atua no setor de embutidos, carnes frigorificadas e *in natura*, com um faturamento, em 1998, de R\$ 76,065 milhões, gerando 885 empregos (esta é a maior empresa industrial da microrregião).

Metalosa (Ind. Metalúrgica S.A.) — Apesar da importância regional da empresa, ela não possui uma dinâmica tal que possa engendrar um micropólo metalmeccânico ou mesmo contribuir para uma significativa expansão deste tipo de produção, não somente no âmbito da microrregião ou vizinhas, como do seu entorno, vindo a rebater na Grande Vitória; a empresa exporta para vários estados.

Industrialização de madeira, artefatos e similares — Mesmo com grande tradição histórica neste tipo de atividade extrativa para transformação, hoje não existem empresas de porte significativo neste gênero, mas apenas algumas plantas mais ou menos sólidas, utilizando-se de baixa densidade tecnológica combinada com intensidade de mão-de-obra semi-especializada; para as empresas de ponta do segmento, a fonte de matéria-prima localiza-se em outros estados, particularmente no Sul da Bahia, utilizando-se de um processo racional de manejo florestal (extração de madeira).

Destacam-se também as reservas de granito de Baixo Guandu (118 milhões de m³), uma riqueza que poderá ser explorada também em Pancas. Também a cerâmica vermelha — através das atividades das olarias e do artesanato — está presente na microrregião, especialmente em Baixo Guandu. Este segmento está representado em Colatina por sua principal empresa, a Cimco – Com. e Ind. de Material de Constr. Ltda.

A Microrregião Pólo Colatina não está bem equipada de centros industriais: embrionários em Colatina e em Baixo Guandu e inexistentes em Pancas, Marilândia e Alto Rio Novo. O mesmo pode-se afirmar em relação às agências de desenvolvimento local: inexitem.

Comércio e serviços — O processo de consolidação comercial que aconteceu em Colatina foi dando um contorno urbano à cidade, deixando esta de ser um mero local de aglomeração de população com incipiente leque de serviços existentes

para reunir atividades econômicas típicas do segmento terciário, tornando-as acessíveis e localizadas pontualmente no espaço. Dessa forma, estabeleceu-se toda uma rede de equipamentos voltados à comercialização; ou seja, escritórios com abrangência regional, armazéns, máquinas de beneficiamento, serviços de transporte, etc. Aliado a esses serviços necessários à circulação da produção, houve, paralelamente, elevação e fortalecimento do serviço de consumo coletivo com escala mais ampliada a partir das duas últimas décadas; isto foi exigido pela realidade como condição básica para a própria reprodução da força de trabalho da população. Aumentou-se o repasse de energia elétrica, o mesmo ocorrendo com o número de equipamentos públicos, de saneamento básico, de saúde, de habitação, entre outros.

Se graves são os problemas que se abatem sobre a microrregião, especialmente o regime de estiagens prolongadas nos últimos anos, razoável, porém, é o nível de organização de sua sociedade civil. Nas pesquisas preliminares, registrou-se a presença de 54 associações de produtores rurais; 8 cooperativas; Consórcio Intermunicipal de Resíduos de Serviços de Saúde (lixo hospitalar), constituído pelos municípios de Colatina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã e Marilândia; Consórcio Intermunicipal da Saúde, envolvendo todos os municípios da microrregião; Cooperativa de Fruticultura de Baixo Guandu; Associação Colatinense de Defesa Ecológica (Acode).

Ultimamente as faculdades instaladas em Colatina (sede) têm aumentado a oferta de cursos de nível superior. Tal fato, aliado à prestação de serviços de saúde mais especializados e equipados, contribui para que a cidade (de Colatina) se torne ainda mais polarizadora; para ela se dirige um contingente expressivo de pessoas, não somente do interior da microrregião, mas de vários outros municípios da porção norte do Estado. Entretanto, há a necessidade de cursos — nível médio e superior — que estejam mais de acordo com o perfil socioeconômico da microrregião; ou seja, que possam estar integrados às necessidades da atividade cafeeicultora, do pólo de confecções, das agroindústrias alimentares, do segmento “cerâmica vermelha”, etc.

No que se refere à infra-estrutura em geral, devido à retenção irrisória de ICMS gerado pelo café (principalmente) e outras atividades, as prefeituras locais praticamente não têm capacidade de investimento mais relevante, cumprindo apenas o papel de manter minimamente a estrutura urbana em funcionamento e, mesmo assim, sem significativas obras de ampliação (ou expansão) do urbano em níveis desejáveis e sob o controle mínimo das exigências postas pela maioria da população atingida (uma exceção a esta regra geral verifica-se em Colatina e em Baixo Guandu).

Terminal de Cargas de Mascarenhas — É um empreendimento que tem por objetivo viabilizar o transporte de cargas, via ferrovia, através de uma iniciativa da Granasa/CVRD. Está implantado na Vila Mascarenhas (Baixo Guandu), próxima ao Km 91 da BR-259, e entrou em operação em junho de 1999. Trata-se de um investimento de US\$ 1 milhão e irá empregar, imediatamente, dezenas de pessoas. Seu movimento, no primeiro ano, está estimado em 100 mil toneladas, gerando divisas da ordem de US\$ 10 milhões.

Do ponto de vista dos serviços coletivos, um dos maiores gargalos da microrregião refere-se exatamente à alta demanda em termos de rede de esgoto.

Quanto à distribuição de energia elétrica, a microrregião está bem situada, especialmente o município de Colatina, não havendo, portanto, maiores problemas em relação a este setor.

Há perspectiva concreta de continuidade das obras referentes à segunda ponte sobre o rio Doce.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião:

Na área da “diversificação com o café”, o objetivo geral das intervenções seria, em termos de prioridades, a diversificação da cafeicultura e a introdução de culturas que possam ser integradas aos mercados, em coexistência com o café modernizado. Objetiva-se, portanto, incentivar múltiplas culturas e produtos, a depender da existência de articulação e competência no sentido do acesso a tais mercados.

Na área específica da cafeicultura propõem-se: estímulo à capitalização do produtor (via redução de custos e elevação dos preços ao produtor); política de disseminação tecnológica; estímulo às iniciativas associadas, visando garantir maiores ganhos aos produtores, inclusive meeiros; apoio ao estabelecimento de uma infra-estrutura mínima de beneficiamento do café. Ainda é fundamental o aumento da produção por hectare através da reforma dos cafezais existentes, utilizando-se de matrizes genéticas mais produtivas e tratos culturais que melhor combinem os vetores custo de produção/produktividade, técnicas de manejo do solo que permitam sua recuperação e utilização racional deste recurso natural.

Criar, na estrutura das prefeituras, mecanismos do complexo produtivo *diversificação com café* com vistas a promover, de forma permanente, cursos de treinamento/reciclagem sobre cafeicultura (produção x colheita x análise de mercado), reforçados/subsidiados por publicações simples sobre novas técnicas geradas em pesquisa agropecuária.

Com relação à modernização da pecuária, aumentar a produtividade na área de leite e derivados; melhorar geneticamente o rebanho; e desenvolver técnicas de manejo que estimulem a redução do seu caráter extensivo através da redução de custos.

Abertura de linhas de financiamento às atividades olerícolas (que atingem principalmente os pequenos produtores que estão às margens do rio Doce e seus afluentes, além de córregos mais para o interior), objetivando principalmente melhorias de manejo, além de melhores equipamentos para irrigação.

Incentivo às atividades ligadas à silvicultura em geral; é importante restabelecer programas de reflorestamento que visem às áreas mais erodidas dos estabelecimentos, com vistas ao aproveitamento de material lenhoso (utilização

no próprio estabelecimento e preservação das poucas manchas de Mata Atlântica que ainda existem na microrregião).

Apoiar a fruticultura tropical existente na microrregião, ainda incipiente; apesar de potencial, está diretamente ligada às condições edafoclimáticas da região, ou seja, é altamente dependente de recursos hídricos extremamente escassos. Na mesma direção, apoiar iniciativas de transformação agroindustrial da matéria-prima.

Incentivo à expansão e melhor aproveitamento da cultura do coco, objetivando incorporar e difundir conhecimentos técnicos, melhoria na formação de mudas, tratamentos culturais e condições para adaptação de outras variedades do fruto.

Investimento na assistência técnica e extensão rural através da contratação de novos profissionais (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e economistas domésticos), além da melhor adequação dos espaços físicos dos escritórios locais de atendimento (Emcaper). É fundamental que os técnicos que venham a atuar na microrregião participem de um processo eficiente e aberto de reciclagem, para serem melhor instrumentalizados para o enfrentamento das dificuldades por que passa o setor agropecuário, devido aos longos períodos de estiagem.

De todos os problemas que causam entrave ao desenvolvimento da microrregião — sobretudo do setor agropecuário —, o grande destaque está nas prolongadas estiagens que se têm abatido sobre o conjunto de municípios do Pólo Colatina. O desmatamento desenfreado, a transformação dos solos através da expansão das áreas de pastagens, o processo de erosão decorrente, a falta de consciência e desleixo da população local no que diz respeito à recuperação de encostas e nascentes, etc. levaram esta microrregião a ser assumida recentemente como área de prioridade da Sudene. Os graves problemas decorrentes das secas estão postos, e há, agora, necessidade de uma recuperação ampla das condições de produção, que passa pelo processo de recriação dos ecossistemas afetados: daí a necessidade de um grande envolvimento de todos os cidadãos, de uma atuação firme do governo estadual, das prefeituras locais, das associações, dos conselhos e ONGs dos mais variados tipos.

Apoiar o segmento confeccionista da microrregião, principalmente o importante pólo de Colatina — modernização dos equipamentos (normalmente defasados tecnicamente); consolidação de estratégias de marca; melhoria da tecnologia do corte; modelagem industrial básica; interpretação de modelagem, etc. Cabe à Sefa/ES uma política de conscientização, através de visitas, seminários, entre outros meios, dos micro e pequenos empresários locais, para que as empresas destes possam sair da “clandestinidade tributária”, entrando, por exemplo, no esquema “Simples”. Com isso ganha o Estado, a municipalidade e, em última instância, o conjunto de empresas, através de apoios formais do poder público, como abertura de linhas de crédito específicas, financiamento do treinamento da mão-de-obra local, etc. Criar uma estratégia mais global para o setor, dando maior ênfase a sua qualificação gerencial e organizacional, especialmente do tipo “qualidade total”, além do estímulo a ações empresariais, objetivando a formação de costureiras.

Centros industriais — Apoiar estratégias que busquem a implantação dos centros/distritos industriais. Apoiar a implantação do pólo industrial de Colatina e de Baixo Guandu. O mesmo tipo de ação para as agências de desenvolvimento municipal inexistentes na microrregião.

Melhorar as condições de armazenagem da microrregião, particularmente as que dizem respeito às culturas alimentares tradicionais (arroz, milho, feijão e outras).

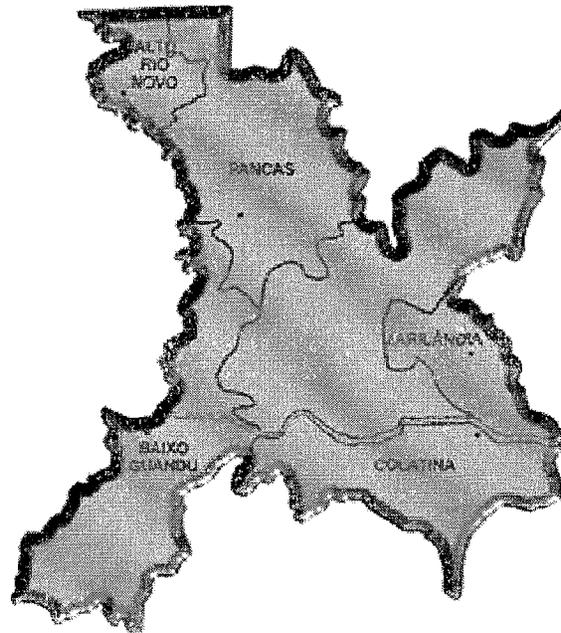
Para favorecer uma infra-estrutura de acumulação, há necessidade de estabelecer pólos de armazenamento, recepção, triagem e beneficiamento de produtos agropecuários.

Montagem de um banco de dados de abrangência microrregional, objetivando maior aprofundamento no processo de conhecimento da realidade, em vista de uma melhor intervenção; tal proposta será levada adiante através da cooperação de várias forças: governo do Estado, prefeituras locais e empresariado local, além do apoio de instituições que tenham experiência para tal (ex.: Bandes, Findes / Ideies, Sebrae / ES, Seplan / IJSN, Seag / Emcaper, etc.).

Incentivo por parte do governo estadual (via Seplan) às municipalidades no sentido da criação/aprimoramento de suas secretarias de planejamento (e/ou desenvolvimento econômico sustentado), propondo-se, como primeiro passo, o incentivo à liberação de pelo menos um agente de desenvolvimento local por município. Da mesma forma, no que se refere especificamente ao desenvolvimento local, a) “estimular a constituição de fóruns municipais de desenvolvimento local sustentável; b) articular com instituições parceiras o treinamento de técnicos e de lideranças locais; c) empenhar-se pela inclusão de programas de desenvolvimento local sustentável nos planos de ação do governo federal, e, mesmo, junto a agentes internacionais; d) viabilizar, em conjunto com o poder municipal, os empreendimentos locais que resolvam os problemas de infra-estrutura; e) promoção de investimentos nos municípios” (ESPÍRITO SANTO. Governo do. *Desenvolvimento Local Sustentável*. Vitória: Seplan, 1999 — folder).

Infra-estrutura social e urbana — Investimentos em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

Mapa da Microrregião Pólo Colatina



Os municípios a que se refere este documento estão situados na Microrregião (MCR) Noroeste 1, que possui as seguintes características básicas:

Com uma área total de 4.461 km² e população estimada para 1998 (IBGE) de 92.338 hab., é composta pelos municípios de: Barra de São Francisco (37.066 hab.), Ecoporanga (21.534), Água Doce do Norte (12.918), Mantenópolis (11.917) e Vila Pavão (8.903). Sua área corresponde a 9,6% da área territorial do ES, e a população para 1998, a 3,2% do total do ES. A densidade demográfica (para 1998) da microrregião é de 20,7 hab/km² — enquanto a do ES é de 62,7 hab/km².

A seguir, a densidade dos respectivos municípios: Barra de São Francisco (39,5 hab/km²), Mantenópolis (37,5), Água Doce do Norte (27), Vila Pavão (20,5) e Ecoporanga (9). A densidade da microrregião para 1998 está bem abaixo da do ES e dos demais municípios do Estado. É interessante notar que quatro dos cinco municípios estão com densidade demográfica no intervalo aproximado de 20 a 40 hab/km² e somente Ecoporanga possui um valor baixíssimo, tanto em relação à microrregião, quanto ao Estado. Isto significa que existe um significativo vazio populacional na microrregião.

A Microrregião Noroeste 1 constitui uma faixa de transição entre o complexo cafeeiro e a zona de pecuária.

A porção centro-sul da microrregião tem na cafeicultura sua principal atividade econômica, seguida da pecuária. A cidade de Colatina, através da cadeia de comercialização do café, polariza esta área. Já a parte centro-norte, representada principalmente pelo município de Ecoporanga, tem na bovinocultura seu principal vetor em termos de geração de renda, a despeito da relevância do café.

Do ponto de vista do papel exercido na armação urbana, Barra de São Francisco e Ecoporanga apresentam-se como cidades locais completas. A primeira é a sede urbana mais estruturada do extremo noroeste do Estado. É preciso reforçar o seu dinamismo. Suas áreas situadas a oeste estão sendo cada vez mais polarizadas pela cidade mineira de Mantena.

Há um processo de concentração fundiária nessa microrregião, que tem contribuído para o crescimento urbano das duas principais cidades.

É uma faixa que se encontra em processo de diversificação agrícola, embora com a presença ainda marcante da base cafeeira e pecuária de corte. O destaque é para o cultivo de arroz em Barra de São Francisco e, de uma maneira geral, para a potencialidade da fruticultura tropical.

Os novos plantios de café têm sido orientados pelo uso de mudas de melhor padrão genético, ocupação de menor área para melhorar a qualidade dos tratamentos necessários à lavoura e à irrigação com utilização de tecnologia, compensando-se através do ganho de produtividade.

A criação de gado tem apresentado avanços técnicos, traduzidos pela criação de núcleos de inseminação artificial e pela aplicação e disseminação de novas técnicas junto aos produtores, associando-se ao melhoramento genético com controle alimentar e sanitário do rebanho.

Existem reservas significativas de granito, uma das maiores potencialidades para atração de investimentos em plantas industriais na microrregião, sobretudo em serrarias, já havendo casos de empreendimentos concretizados, para o desdobramento dos blocos em chapas (especialmente em Barra de S. Francisco).

O setor agropecuário da microrregião possui as seguintes atividades em destaque: cafeicultura, pecuária de corte²⁶ (e de leite), cultivo de arroz, de banana, de cana-de-açúcar, de coco-anão, de feijão, fruticultura (goiaba, limão e outras), cultivo de mandioca e de milho e silvicultura.

Em consequência da expansão da pecuária de corte, há uma significativa concentração fundiária na microrregião, sobretudo em Ecoporanga.

Conta a microrregião com algumas agroindústrias — laticínios, indústria de farinha, fábricas de aguardente, de doces em geral, de licores e vinhos.²⁷

De todos os problemas que causam entrave ao desenvolvimento da microrregião — sobretudo do setor agropecuário —, o grande destaque está nas prolongadas estiagens que se têm abatido sobre o conjunto de municípios da Noroeste 1. O desmatamento desenfreado, a transformação dos solos através da expansão das áreas de pastagens, o processo de erosão decorrente destes fatos, a falta de consciência e desleixo da população local no que diz respeito à recuperação de encostas e nascentes etc. fizeram com que esta microrregião fosse assumida recentemente como área de prioridade da Sudene. Os graves problemas decorrentes das secas estão postos e há, agora, necessidade de uma recuperação ampla das condições de produção, que passa pelo processo de recriação dos ecossistemas afetados: daí a necessidade de um grande envolvimento de todos os cidadãos, de uma atuação firme do governo estadual, das prefeituras locais, das associações, dos conselhos e ONGs dos mais variados tipos.

Quanto ao setor industrial, dados da Findes / Ideies (1997/98) indicam que:

²⁶ A pecuária bovina de Ecoporanga, com 170 mil cabeças, ocupando 170 mil ha, possui o maior contingente do ES.

²⁷ Muitas delas nem chegam à categoria de “plantas”; são pequenas fábricas tocadas com mão-de-obra familiar, utilizando como matéria-prima a produção excedente de frutas e até mesmo de leite.

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Extração de minerais	29	30,20	321	58,16
Minerais não-metálicos	10	10,42	90	16,31
Serviços indus. de util. púb.	08	8,33	38	6,89
Alimentos	18	18,75	32	5,80
Serviços de rep. e cons.	03	3,13	21	3,80
Construção civil	05	5,20	16	2,89
Metalúrgico	06	6,25	08	1,45
Bebidas	04	4,17	07	1,27
Editorial e gráfica	02	2,09	07	1,27
Mobiliário	05	5,21	05	0,90
Material de transporte	03	3,13	04	0,72
Mecânico	01	1,04	02	0,36
Mat. elétr. e de comunicação	01	1,04	01	0,18
Vest. calç. e artef. de tecidos	01	1,04	00	0,00
Microrregião (total)	96	100,00	552	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Barra de São Francisco	48	50,00	329	59,60
Ecoporanga	34	35,42	171	30,98
Vila Pavão	05	5,21	25	4,53
Mantenópolis	06	6,25	19	3,44
Água Doce do Norte	03	3,12	08	1,45
Microrregião (total)	96	100,00	552	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	96	1,54	552	0,48
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) na Microrregião Noroeste 1, do ponto de vista da geração de empregos, há uma grande concentração do gênero extração de minerais, absorvendo quase

60% da força de trabalho empregada no setor (58%). Este, juntamente com minerais não-metálicos, serviços industriais de utilidade pública e alimentos, absorvem 87% do total da mão-de-obra; b) quanto ao número de plantas instaladas, os destaques ficam com três gêneros: extração de minerais (30,2%), alimentos (19%) e minerais não-metálicos (10,5%), que, juntos, totalizam aproximadamente 60% do conjunto de unidades industriais da microrregião; c) em âmbito intra-regional, os municípios de Barra de São Francisco e Ecoporanga são responsáveis pela quase totalidade dos empregos gerados (90,5% do total). Quanto ao número de plantas, também os dois municípios arrolados lideram o *ranking*, com mais de 85% do total; d) e, por fim, comparando-se a realidade industrial da microrregião com o conjunto do Estado, nota-se que ela é incipiente: menos de 1% do total do pessoal ocupado e apenas 1,5% do total de plantas instaladas.

No que tange ao processo organizativo da microrregião, destacam-se as seguintes instituições/entidades: 37 conselhos municipais registrados; 2 consórcios (Consórcio Intermunicipal de Saúde, envolvendo 10 municípios, e o Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio São José, com 11 municípios); a Coopbarra; uma filial da Coopnorte em Vila Pavão; o Mepes, com importante atuação no município.

Projetos mais importantes que estão sendo tocados na microrregião: a) aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais em vista do beneficiamento do granito; b) cursos de capacitação de mão-de-obra; c) frentes produtivas de trabalho; d) projeto Habitar/Brasil; e) incentivo ao melhoramento da infra-estrutura em geral; f) projeto Pass; g) processo de diversificação agrícola, com renovação do parque cafeeiro; g) Pronaf.

A microrregião conta, ainda, com duas agências locais de desenvolvimento e dois centros/distritos industriais: um em Barra de São Francisco e outro em Ecoporanga.

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião:

Toda a área da microrregião que integra o complexo cafeeiro (centro-sul) deve ser reforçada a partir da proposta de “diversificação agrícola com o café”, na seguinte orientação: diversificação da cafeicultura e a introdução de culturas que possam ser integradas ao mercado, em convivência com o café modernizado no âmbito das propriedades.

No que tange especificadamente ao café, são relevantes as seguintes medidas de ação: estímulo à capitalização do produtor; política de desenvolvimento e difusão tecnológica; estímulo às iniciativas associadas, visando garantir maiores ganhos aos produtores; apoio à constituição de uma infra-estrutura mínima de beneficiamento de café; elevação da produção por hectare através da reforma dos cafezais existentes e adequação dos novos plantios, utilizando-se de matrizes genéticas mais desenvolvidas e tratos culturais que melhor combinem os vetores

custos de produção/produtividade, técnicas de manejo do solo destinadas a sua recuperação, além da utilização racional deste recurso natural.

É preciso reforçar, devido a sua importância, a atividade pecuária, que se concentra, enquanto núcleo econômico, no norte da microrregião. Caberia um apoio decidido às ações destinadas à melhoria dessa atividade em todas as suas etapas, ou seja, na produção, industrialização da carne e leite e comercialização. Assim se estabeleceriam como metas gerais a melhoria das pastagens e o aprimoramento genético, como também a adequação da estrutura produtiva às novas tendências do mercado de carnes.

Incentivo à expansão da fruticultura tropical é uma necessidade. Isto pode ser pensado articuladamente à instalação de unidades produtoras de concentrado de polpa de fruta/polpa pasteurizada.

É preciso apoiar no campo ações que levem ao desenvolvimento da silvicultura através da execução de plantios de espécies de crescimento rápido, orientados para as áreas ociosas e subutilizadas das propriedades, em consonância com a legislação ambiental em vigor. Pode-se, assim, criar uma alternativa de renda para o produtor com a comercialização da madeira, além do consumo próprio de material lenhoso, como também diminuir a pressão sobre os remanescentes da Mata Atlântica para a obtenção desse recurso material.

Propõe-se garantir a consolidação de empresas agrícolas e/ou agroindústrias capacitadas tecnologicamente de forma competitiva em termos de processo, de produto e de controle de canais de comercialização, capazes de funcionar enquanto pólo de dinamismo de toda a economia

Implantação de unidades para o beneficiamento e empacotamento de arroz se faz necessário, haja vista a grande produção existente e a venda deste produto, que é representativo na microrregião (sobretudo em Barra de São Francisco), em grande parte *in natura*.

Que se envidem esforços no sentido da atração de unidades industriais (serrarias) para o desdobramento dos blocos de granito em chapas, agregando-se valor a tal produto na própria microrregião. Há aqui dois elementos que contribuem nessa direção: o primeiro consiste na existência desse recurso mineral não-metálico e de boa qualidade; o segundo, na perspectiva de localização das unidades (novos teares) junto à fonte de matéria-prima, com o objetivo de reduzir o custo de transporte.

É importante uma articulação do governo do Estado, das prefeituras e empresariado local junto ao Sebrae/ES, com o intuito de realizar cursos e treinamentos para a melhoria dos níveis gerenciais.

É preciso considerar a cidade de Barra de São Francisco como área prioritária para a localização de investimentos industriais e agroindustriais, reforçando-a enquanto núcleo aglutinador da microrregião.

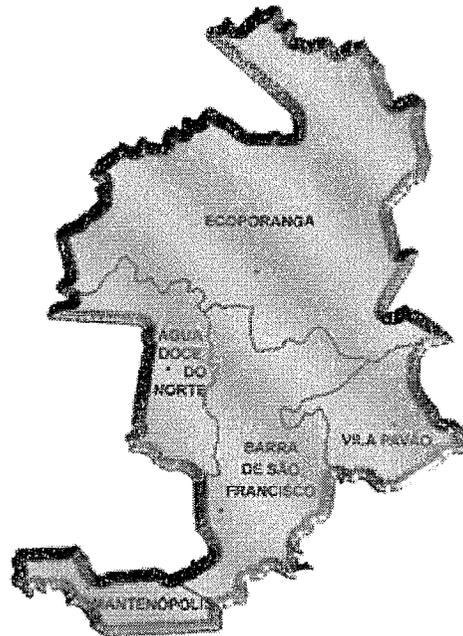
Outra proposta é a canalização de recursos para a ampliação do “distrito industrial” de Barra de São Francisco (agroindústrias, granito e outros).

Propõe-se efetuar controle ambiental das atividades industriais e de serviços ali sediados, de modo a garantir seu desenvolvimento de forma sustentável, buscando preservar os remanescentes da Mata Atlântica.

A montagem de um banco de dados de abrangência microrregional contribuiria grandemente para maior aprofundamento no processo de conhecimento da realidade, em vista de uma intervenção mais efetiva; tal proposta seria levada adiante através da cooperação de várias instituições: governo estadual, prefeituras locais, empresários e demais órgãos que têm condições de contribuir nessa linha, como: Bandes, Ipes, Findes / Ideies, Seag, Sefa, entre outros.

Finalmente, devem ser feitos investimentos em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

Mapa da Microrregião Noroeste 1



Os municípios a que se refere este documento estão situados na Microrregião (MCR) Noroeste 2, que possui as características básicas que seguem.

Com uma área total de 3.534,3 km² e população estimada para 1998 (IBGE) de 112.439 habitantes, é composta pelos municípios de: Nova Venécia (42.478 habitantes), São Gabriel da Palha (25.015), Boa Esperança (13.997), Vila Valério (13.952), Águia Branca (9.665) e São Domingos do Norte (7.332). Sua área corresponde a 7,6% da área territorial do ES e a população para 1998 representa 3,9% do total do Espírito Santo. A densidade demográfica (para 1998) da microrregião é de 31,8 hab/km² — enquanto a do ES é de 62,7 hab/km².

A seguir, a densidade demográfica dos respectivos municípios. São Gabriel da Palha: 57,8 hab/km²; Boa Esperança: 32,5; Vila Valério: 29,4; Nova Venécia: 29,3; São Domingos do Norte: 24,4; e Águia Branca: 21,5. A densidade da microrregião para 1998 significa praticamente a metade da do ES, e todos os municípios da microrregião apresentam densidade abaixo da do Estado, com destaque para São Gabriel da Palha, cuja densidade está bem próxima à do ES. É interessante observar que o município-pólo da microrregião (N. Venécia) apresenta uma relação bem inferior à maior da região, representada por S. Gabriel da Palha; por outro lado, Águia Branca está no outro extremo, com a relação mais baixa da microrregião. No seu conjunto — à exceção de S. Gabriel da Palha (fenômeno atípico) —, pode-se afirmar que a Noroeste 2 apresenta um significativo vazio populacional.

No que diz respeito a armadura urbana e condições gerais de polarização, a rede urbana microrregional apresenta algumas cidades locais completas capazes de cumprir a função de dinamização urbana, industrial e de serviços, com alguma função polarizadora interna à região.

Entretanto, é fundamental observar que na microrregião evidenciam-se, em seu âmago, alguns problemas de polarização: enquanto a porção sul (de Nova Venécia para baixo) é fortemente polarizada pela cidade regional de Colatina (esta exerce influência principalmente sobre os municípios de São Domingos do Norte e São Gabriel da Palha), sua parte nordeste (especialmente Boa Esperança) é atraída pela cidade regional de São Mateus, ambas conformando duas microrregiões distintas, relativamente aos municípios da microrregião em questão (pode-se afirmar, portanto, que nesta microrregião existe uma tripolarização natural, característica que tem de ser levada em conta ao se trabalhar qualquer proposta de ação para este espaço regional).

Do ponto de vista da organização agropecuária, trata-se de uma área em franco processo de diversificação com o café, com a presença ainda marcante da base cafeeira e da pecuária de corte (e leiteira). A Microrregião Nordeste 2 apresenta grandes possibilidades de desenvolvimento, dada sua estrutura fundiária ainda pulverizada e a proximidade com a vertente agroindustrial do corredor litoral norte.

A substituição paulatina de parte da cultura do café por cultivos empresariais ligados ao circuito agroindustrial e/ou canais sólidos de comercialização no mercado externo, em especial a fruticultura tropical, é fundamental para evitar uma maior concentração fundiária, pela capacidade de geração de renda no âmbito de pequenas e médias propriedades.

Situa-se numa área de transição, que é caracterizada pela diversificação café/agricultura empresarial e a presença de agroindústrias.

Além da cafeicultura, é também marcante a presença da pecuária mista, contrastando com a microrregião vizinha (a Litoral Norte, polarizada pela cidade regional de São Mateus).

Mesmo havendo a combinação de grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários na microrregião, esta é constituída sobretudo de médios e pequenos estabelecimentos, representando estes mais de 70% do total dos estabelecimentos existentes.

Dois complexos mais importantes apresentam-se na Noroeste 2: café e pecuária. São duas atividades predominantes, que definem os níveis de renda para os produtores locais; no caso da pecuária, predomina a extensiva (para corte e leiteira), formatando uma estrutura empresarial por um lado, e, por outro, a estratégia de subsistência dos pequenos produtores.

As principais atividades do setor agropecuário são: cafeicultura, pecuária de corte, pecuária de leite, cultura de arroz, de banana, de cana-de-açúcar, de feijão, fruticultura de clima tropical (abacaxi, acerola, citros, coco-anão, coco-da-baía, goiaba, graviola, manga e maracujá), heveicultura, cultivo de macadâmia, de mandioca, de milho, de pimenta-do-reino, silvicultura, suinocultura e cultivo de urucum.

No campo da centralização dos estoques e comercialização do café, é fundamental registrar a presença da Cooabriel, com sede em São Gabriel da Palha, que não somente atua nesta microrregião, mas também em outros municípios, realizando o processo de comercialização diretamente com os intermediários localizados na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), ou, em alguns casos, diretamente com o exterior.

Principais dificuldades quanto à produção do café: preços dos insumos, particularmente para o pequeno produtor; fornecimento de implementos agrícolas (preços extremamente elevados).

A política de diversificação da produção agrícola, apesar dos avanços sofridos nos últimos tempos, ainda não garante o nível ideal de renda para o produtor; vale dizer: este ainda depende quase que exclusivamente da produção cafeeira.

Devido a sérios gargalos na área educacional, acabam ocorrendo dificuldades no campo do aprimoramento gerencial tecnológico, não somente em termos de

produção cafeeira, mas também de culturas consorciadas e, mesmo, diversificadas.

Nesta forma de produção agrícola, a relação de trabalho predominante é a parceria (fora do período de colheita do café), caracterizando-se, fundamentalmente, pelo esquema de partilha, a meação; entretanto, nos maiores estabelecimentos, cujos proprietários detêm poder de renda mais significativo, existem assalariados temporários (diaristas), o que constitui um dos maiores gargalos da cafeicultura local.

No campo da atuação agroindustrial, temos como principais destaques: laticínios e derivados; polpa de frutas; condimentos (urucum e pimenta-do-reino principalmente); torrefação de café; beneficiamento de carne e couro; beneficiamento do látex; envazamento da água de coco; e industrialização do álcool (Albesa, de Boa Esperança).

As tabelas seguintes mostram os principais destaques do setor industrial da microrregião:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado por gênero - 1997-1998

Gênero	Unidade	%	Pessoal Ocupado	%
Vest. calç. e artef. de tecidos	67	31,31	1.133	35,34
Alimentos	25	11,67	549	17,12
Extração de minerais	12	5,61	358	11,13
Minerais não-metálicos	27	12,62	350	10,92
Químico	01	0,47	350	10,92
Serviços de rep. e cons.	16	7,48	138	4,30
Madeira	14	6,54	92	2,87
Mobiliário	09	4,20	73	2,28
Serviços Ind. de util. públ.	09	4,20	64	2,00
Metalúrgico	07	3,27	32	1,00
Editorial e gráfica	07	3,27	26	0,81
Bebidas	08	3,74	15	0,47
Mecânico	02	0,94	08	0,24
Couros, peles e similares	03	1,40	05	0,16
Construção civil	04	1,87	04	0,12
Diversas	01	0,47	04	0,12
Material de transporte	01	0,47	04	0,12
Mat. elétr. e de com.	01	0,47	01	0,03
Microrregião (total)	214	100,00	3.206	100,00

Fonte: Fíndes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município – 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
São Gabriel da Palha	88	41,12	1.519	47,38
Nova Venécia	86	40,19	1.024	31,94
Boa Esperança	19	8,88	472	14,72
São Domingos do Norte	08	3,74	104	3,24
Águia Branca	09	4,20	76	2,37
Vila Valério	04	1,87	11	0,35
Microrregião (total)	214	100,00	3.206	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	214	3,43	3.206	2,78
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) do ponto de vista do pessoal ocupado, cinco gêneros são mais importantes na microrregião, englobando, no conjunto, 85,5% do total empregado no setor: vestuário, calçados e artefatos de tecidos (confeccões); alimentos; extração de minerais (granito); minerais não-metálicos e químico; b) quanto ao número de plantas instaladas, três gêneros destacam-se: vestuário, calçados e artefatos de tecidos; alimentos e minerais não-metálicos, representando 55,5% do total das unidades da microrregião; c) tomando-se a distribuição de pessoal e de plantas por município, São Gabriel da Palha, Nova Venécia e Boa Esperança são responsáveis por 94% e 90% do total, respectivamente; acentua-se, ainda, que São Gabriel da Palha e Nova Venécia abrangem mais de 80% (81,3) do total das plantas da microrregião, ficando Boa Esperança mais distante da média de participação dos citados municípios; d) comparando-se o setor da microrregião com o conjunto do ES, nota-se que é ainda pouco significativo, com 2,8% contra 3,4% do Estado (volume de pessoal ocupado e número de plantas instaladas), a despeito da importância da atividade graniteira (Nova Venécia) da microrregião, *vis-à-vis* ao setor confeccionista (S. G. da Palha).

Tal setor (confeccionista) caracteriza-se por um baixo nível de formalização; poucas empresas (as maiores) detêm a hegemonia do processo, além de uma baixíssima remuneração da força de trabalho local.

Grande parte das unidades confeccionistas trabalha no sistema de *facção*, que significa mais um padrão de informalização da produção do que propriamente um

processo de terceirização dela, de forma qualificada, como ocorre no mercado mundial, objetivando redução de custos pautada na sub-remuneração da força de trabalho, além da sonegação de impostos.

No que tange ao setor comércio e serviços, está centrado nas atividades tradicionais das pequenas cidades, destacando-se em termos numéricos: mercearias, bares, lojas de confecção e armarinhos. Neste campo particular, tanto as armaduras urbanas das sedes municipais, como a dinâmica interna da economia microrregional (aliando-se a essa realidade o fato de haver a “tripolarização” do interior da microrregião, referida anteriormente) não têm possibilitado um maior “alargamento” e desenvolvimento deste setor, que ainda depende fortemente de outras praças, como a GV (produtos mais especializados ou de melhor acabamento), Colatina e São Mateus.

Quanto à infra-estrutura em geral, devido à retenção irrisória de ICMS gerado pelo café (principalmente) e outras atividades, as prefeituras locais praticamente não têm capacidade de investimento mais significativo, cumprindo apenas o papel de manter minimamente a estrutura urbana em funcionamento, e, mesmo assim, sem significativas obras de ampliação (ou expansão) do urbano em níveis desejáveis e minimamente sujeito a exigências da maioria da população atingida.

Do ponto de vista dos serviços coletivos, um dos maiores gargalos da microrregião refere-se à baixa oferta em termos de rede de esgoto, principalmente no município de Nova Venécia.

Em que pese aos graves problemas que se abatem sobre a microrregião, especialmente o regime de estiagens prolongadas nos últimos anos, pode-se afirmar que ela apresenta um bom nível de organização da sociedade civil. Nas pesquisas preliminares, registrou-se a presença das seguintes instituições e (ou) organizações: Agência do BNB (V. Valério); assentamentos rurais (8); associação de senhoras rurais (o destaque para a sua novidade, em Águia Branca); associações de produtores (57); conselhos municipais (16); Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio São José; Consórcio Intermunicipal de Saúde; Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Noroeste (CIS–Noroeste); Cooabriel (S. G. da Palha); cooperativas (4); Coopsing (S. G. da Palha) e Mepes (S. Gabriel e V. Valério).

A seguir, algumas propostas de ação que podem, caso concretizadas, ajudar no desenvolvimento sustentado da microrregião.

Na área da diversificação com o café, o objetivo geral das intervenções seria (em termos de priorização) a diversificação da cafeicultura e a introdução de culturas que possam ser integradas aos mercados, em convivência com o café modernizado, que comporta múltiplas culturas e produtos, a depender da existência de articulação e competência no sentido do acesso a tais mercados.

Na área específica da cafeicultura, citem-se: estímulo à capitalização do produtor (via redução de custos e elevação dos preços ao produtor); política de disseminação tecnológica; estímulo às iniciativas associadas, visando garantir

maiores ganhos aos produtores, inclusive meeiros; apoio à constituição de uma infra-estrutura mínima de beneficiamento do café. Ainda é fundamental a necessidade de aumentar a produção por ha através da reforma dos cafezais existentes, utilizando-se de matrizes genéticas mais produtivas e tratos culturais que melhor combinem os vetores custo de produção/productividade, técnicas de manejo do solo que permitam sua recuperação, além da utilização racional deste recurso natural, destacando-se aqui o papel a ser desempenhado pela Coaabriel.

É preciso criar mecanismos junto às prefeituras do complexo produtivo diversificação com café, com vistas a promover, de forma permanente, cursos de treinamento/reciclagem sobre cafeicultura (produção x colheita x análise de mercado), reforçados/subsidiados por publicações simples sobre novas técnicas geradas em pesquisa agropecuária.

Há necessidade de promover uma política de *marketing* agressiva, visando tirar do café capixaba, no mercado externo, a pecha de café de baixa qualidade.

Na pecuária de corte propõe-se apoio às iniciativas que lhe possam trazer melhorias, especialmente: investimento na qualidade das pastagens; nos níveis de mineralização e vermifugação dos rebanhos; no melhoramento genético desses rebanhos; em estratégias que propiciem uma diminuição do custo do transporte até o mercado consumidor/agroindústrias/abatedouros, além da potencialização das estratégias de venda da carne bovina, tendo em vista a concorrência das grandes marcas de âmbito nacional.

É interessante apoiar a fruticultura tropical existente na microrregião, ainda pouco significativa, que, apesar de ser atividade potencial, está diretamente ligada às condições edafoclimáticas da região; ou seja, é altamente dependente de recursos hídricos extremamente escassos. Na mesma direção, iniciativas de transformação da matéria-prima, como a "Salutar" (empresa de N. Venécia, atualmente com produção de aproximadamente 120 toneladas de polpa/ano), que deve receber apoio, através da abertura de canais de investimento na modernização das plantas existentes, como, por exemplo, o processo de pasteurização da polpa e sua venda nos mercados da GV e principais cidades do interior do ES. Acredita-se que esta também possa ser uma alternativa para a Coopnorte.

É importante incentivar a expansão e melhor aproveitamento da cultura do coco, objetivando incorporar e difundir conhecimentos técnicos, melhoria na formação de mudas, tratos culturais e condições para adaptação de outras variedades do fruto.

As atividades no campo da silvicultura em geral deverão receber incentivo; uma atividade especialmente importante seria a reedição de programas de reflorestamento que visem às áreas mais erodidas dos estabelecimentos, com vistas ao aproveitamento de material lenhoso (utilização no próprio estabelecimento e preservação das poucas manchas de Mata Atlântica que ainda existem na microrregião).

A constituição de um complexo agroindustrial alimentar na microrregião poderá ser também um ponto-chave para a estruturação do desenvolvimento regional, já que a dinamização urbana e geração de renda poderá beneficiar as pequenas e médias propriedades rurais, pois trata-se de área preferencial no sentido da terceirização e subcontratação de pequenos e médios produtores por indústrias e empresas agrícolas concentradas na Microrregião Litoral Norte, polarizada por São Mateus.

O cultivo da macadâmia tem de ser intensificado, aproveitando-se o fato de estar a Vale Verde Agroindustrial S/A (Vaversa) instalada nas proximidades de Nova Venécia, tendo fornecido mudas aos produtores, além de garantir a comercialização da produção de nozes.

Incentive-se a expansão da heveicultura, dado, em especial, o fato de já estar bastante potencializada na microrregião, podendo ser perfeitamente acoplada às necessidades da Coopsing.

O cultivo do camarão-da-malásia é uma atividade de fácil manejo e por isso deverá ser apoiado, objetivando uma fonte de renda alternativa às atividades dos pequenos produtores locais.

É importante investir na assistência técnica e extensão rural. Tal pode ser concretizado mediante contratação de novos profissionais (engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e economistas domésticos), além da melhor adequação dos espaços físicos dos escritórios locais de atendimento (Emcaper). É fundamental que aos técnicos que venham a atuar na microrregião seja dada oportunidade de participar de um processo eficiente e aberto de reciclagem. Serão assim melhor instrumentalizados para o enfrentamento das dificuldades por que passa o setor agropecuário, devido aos longos períodos de estiagem.

Considerando a importância estratégica da Coopnorte para a microrregião, sobretudo para Nova Venécia, é preciso envidar esforços na direção da diversificação dos produtos desta cooperativa, na criação de novas marcas e políticas de *marketing* que permitam a expansão de sua área de influência.

De todos os problemas que causam entrave ao desenvolvimento da microrregião — sobretudo com relação ao setor agropecuário —, o grande destaque está nas prolongadas estiagens que se têm abatido sobre o conjunto de municípios da Noroeste 2. O desmatamento desenfreado, a transformação dos solos através da expansão das áreas de pastagens, o processo de erosão decorrente destes fatos, a falta de consciência e desleixo da população local no que diz respeito à recuperação de encostas e nascentes etc. fizeram com que esta microrregião fosse assumida recentemente como área de prioridade da Sudene. Os graves problemas decorrentes das secas estão postos e há, agora, necessidade de uma recuperação ampla das condições de produção, que passa pelo processo de recriação dos ecossistemas afetados: daí a necessidade de um grande envolvimento de todos os cidadãos, de uma atuação firme do governo estadual, das prefeituras locais, das associações, dos conselhos e ONGs dos mais variados tipos.

É necessário evitar o processo de concentração fundiária no interior desta microrregião.

Que seja preservada a manutenção de relações de trabalho tradicionais com os cuidados necessários para o não-comprometimento da competitividade dos vários tipos de produção que se desenvolvem no interior da microrregião.

Propõe-se a abertura de uma linha de financiamento específico para aquisição de implementos agrícolas, no contexto da política de melhoria de qualidade.

Tendo em vista que o setor de extração e transformação do granito tem grande importância na microrregião, principalmente em Nova Venécia, é fundamental que se criem estratégias especiais em vista de sua afirmação e expansão: abertura de linhas de crédito para investimento na modernização tecnológica do segmento, especialmente para um melhor acabamento do produto final (chegando-se ao granito refinado), na perspectiva de agregação de valor. Não somente o poder público estadual, mas principalmente as municipalidades da microrregião têm responsabilidade de gerar uma consciência da necessidade de uma relação harmônica das empresas do segmento com o meio ambiente: sua modernização passa, necessariamente, por esta exigência, pois, como é de conhecimento amplo, as empresas (serrarias) podem degradar o meio ambiente, resultante da utilização do pó de granito, das sobras, etc. Entra aqui a importância vital da atuação da Seama, juntamente com as secretarias municipais da microrregião, sobretudo as da PMNV.

É preciso apoiar o segmento confeccionista da microrregião, principalmente o pólo de São Gabriel da Palha (modernização dos equipamentos — normalmente defasados tecnicamente); consolidação de estratégias de marcas; melhoria da tecnologia do corte; modelagem industrial básica; interpretação de modelagem, etc. Cabe à Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) uma política de mentalização — através de visitas, seminários e outros meios — dos micro e pequenos empresários locais, conscientizando-os da necessidade de tirar suas empresas da “clandestinidade tributária” e incluí-las, por exemplo, no esquema “Simples”: ganha o Estado, a municipalidade e, em última instância, o conjunto de empresas, que desfrutarão certamente de apoios formais do poder público, como abertura de linhas de crédito específicas, financiamento do treinamento da mão-de-obra local, etc.

Quanto aos pólos industriais, é preciso apoiar estratégias que busquem a implantação, modernização e expansão dos centros/distritos industriais já existentes na microrregião (Nova Venécia, com mais de 28 empresas instaladas). Dê-se ainda o devido apoio à implantação do pólo industrial de S. Gabriel da Palha.

A Agência de Desenvolvimento Municipal de S. Gabriel da Palha demanda apoio. Através de cooperação do governo estadual (Seplan/ES)/Sebrae-ES/Findes, podem-se consolidar estratégias de articulação junto às prefeituras locais em vista da implantação de agências de desenvolvimento locais nos municípios (esta linha de ação vale para todas as microrregiões do Estado).

É importante que cada municipalidade conte com sua secretaria de planejamento (e/ou de desenvolvimento econômico sustentado) e a aprimore. Para isso as prefeituras deverão contar com o apoio da Seplan/ES. Esta poderá, como primeiro passo, incentivar a liberação de pelo menos um agente de desenvolvimento local por município.

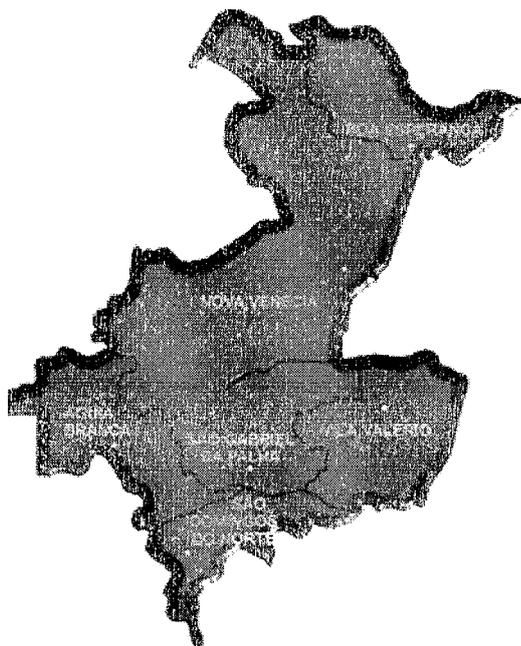
Propõe-se apoiar o projeto “Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentado” (PNFC) de S. Gabriel da Palha.

Que se apoiem iniciativas no campo do ensino médio especializado e superior, especialmente em curso(s) que possa(m) ajudar na potencialização das atividades existentes ou emergentes na microrregião, sobretudo no campo da agroindustrialização e dos pólos graniteiro e confeccionista.

Quanto à infra-estrutura logística, apontem-se as seguintes necessidades: a) consolidação da cidade local (completa) de Nova Venécia; b) conservação das bacias dos rios São Mateus e Itaúnas; c) melhorar as condições de armazenagem da microrregião, particularmente as que dizem respeito às culturas alimentares tradicionais (arroz, milho, feijão e outras); d) incentivar a constituição de pólos de armazenamento, recepção, triagem e beneficiamento de produtos agropecuários em geral, objetivando favorecer uma infra-estrutura de acumulação; e) estruturação de pelo menos dois centros de treinamento (um situado em Nova Venécia e outro em São Gabriel da Palha) para a capacitação profissional da mão-de-obra local, não somente na área confeccionista, mas também agroindustrial e de granito, incluindo também os profissionais da cafeicultura. Seu objetivo específico seria a formação e/ou aprimoramento de trabalhadores em postos-chave, além de treinamento na área de *marketing*, financeira e gerencial (controle de custos e qualidade); e) montagem de um banco de dados de abrangência microrregional, objetivando um maior aprofundamento no processo de conhecimento da realidade, em vista de uma melhor intervenção. Tal proposta seria levada adiante através da cooperação de várias forças: governo estadual, prefeituras locais e empresariado local, além do apoio de instituições que tenham condições para tal (ex.: Bandes, Findes / Ideies, Sebrae / ES, Seplan / IJSN, Seag / Emcaper etc.).

Quanto à Infra-estrutura social e urbana, é necessário investimentos em saúde e educação, saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e urbanização em todos os núcleos urbanos.

Mapa da Microrregião Noroeste 2



A Microrregião Pólo Cachoeiro é composta pelos municípios de Apicá, Afílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, São José do Calçado e Vargem Alta.

Esta microrregião está articulada à “cidade regional completa” de Cachoeiro de Itapemirim, que polariza fortemente os espaços municipais que estão a sua volta; uma situação corroborada pela característica desta cidade de ser, depois da Grande Vitória, o centro urbano mais importante do Estado. Com bom nível de industrialização, além de um setor comercial e de serviços dinâmicos, também alguma relação econômica realiza com Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e mesmo diretamente com Vitória ou Rio de Janeiro. Essas conexões se fazem através de uma ampla rede rodoviária, que, embora fortemente condicionada pela geografia, estabelece esses fluxos de ligações entre as diversas frações da microrregião. Trata-se das rodovias federais BR-101, BR-482 e BR-393 e das estaduais ES-166, ES-164, ES-289, ES-391, ES-297 e mesmo a ES-484. O sistema ferroviário já não apresenta a importância regional de outrora, tendo seu potencial subaproveitado.

Ainda com relação à rede urbana, originária do período do café, destacam-se a “cidade local completa” de Castelo e as demais “cidades locais incompletas” de Vargem Alta,²⁸ Apicá, Bom Jesus do Norte, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui e São José do Calçado, que atendem às principais demandas de serviços públicos e privados da região. Cachoeiro assume o papel de fornecer os serviços mais especializados, principalmente saúde, educação e cultura, ou financeiro, técnico, de manutenção e de representação.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim vem tendo um firme crescimento, aumentando sua população em 53,5% nos últimos 28 anos (1970–1998), sendo proporcional à expansão das atividades decorrentes de seu papel econômico, que não têm tido contrapartida nas condições urbanas de abrigar esse desenvolvimento. Como decorrência, numerosos problemas se manifestam, entre os quais a ampliação e o adensamento da malha urbana, o estrangulamento do sistema viário, o colapso da área central, a ocupação desordenada de sítios inadequados à urbanização, a perda da qualidade ambiental urbana, o comprometimento dos sítios naturais, o aumento da criminalidade e os problemas relativos aos serviços públicos de transporte, saneamento, educação, saúde e lazer. Problemas que, de resto, manifestam-se também nas outras sedes municipais e núcleos urbanos da microrregião.

Quanto à população estimada para 1998 (IBGE), Cachoeiro de Itapemirim, com seus 153.559 habitantes, possui, em termos de número de habitantes, 422,5% a

²⁸ Este município, mesmo sendo ainda uma “cidade local incompleta”, caminha para a segunda posição, como Castelo, sobretudo pelo setor industrial instalado (o terceiro da MCR), além de sua forte vocação turística (turismo de montanha).

mais que o segundo município mais populoso da microrregião, que é Castelo (29.387). No que diz respeito à densidade demográfica/1998, os cinco municípios com maior ocupação humana por unidade de área são: Cachoeiro de Itapemirim (174 hab/km²); Bom Jesus do Norte (99); Jerônimo Monteiro (60); Rio Novo do Sul (53); e Castelo (44). A menor densidade: Presidente Kennedy (17).

O setor agropecuário é de fundamental importância para a microrregião, não somente em relação ao município polarizador, mas principalmente aos demais do seu interior. As atividades mais expressivas são as seguintes: cafeicultura (arábica e conillon) — crescimento da área plantada; pecuária de leite; olericultura; cultivo de arroz; cultivo de cana-de-açúcar; citricultura (laranja); cultivo de feijão; fruticultura (abacate, abacaxi, banana, citros, coco, figo, goiaba, maracujá e uva); heveicultura; mandioca; milho; piscicultura e silvicultura (eucalipto e Pinus). Tipos de agroindústrias presentes na microrregião: beneficiamento de leite, de carne bovina, de carne de frango, de madeira, aguardente, banana, embutidos e defumados, massas, doces cristalizados, conservas, mel e farinha de mandioca. Constitui a principal bacia leiteira do Estado, atividade que historicamente substituiu o café.

O complexo pecuário leiteiro, em seu segmento produtivo constituído, na maioria, de pequenos produtores, organiza-se em moldes cooperativistas, todavia sofre de males tão tradicionais quanto a própria atividade. Predomina a prática extensiva, sem aperfeiçoamento genético, em regime de grande informalidade e desarticulação. A produtividade, dependente de condições sazonais, está estagnada há vários anos. Os rendimentos da produção diminuem gradativamente. Tal segmento encontra dificuldades para investir no acompanhamento das tendências do mercado por novos produtos, ficando defasado em relação às exigências de qualidade e produtividade, à retração das compras governamentais, à entrada de empresas multinacionais no setor e de produtos importados no mercado.

Linhas de ação mais importantes para a atividade leiteira: a) sua modernização em todos os segmentos: rebanho, criação, ordenha, transporte, armazenamento, processamento, comercialização e marketing; b) aumento do grau de industrialização do leite e do elenco de produtos; c) apoio e incentivo às práticas agrícolas que busquem a preservação e recuperação das bacias hidrográficas, remanescentes de mata, a conservação do solo e a reconstrução de paisagens naturais; d) estímulo à especialização e melhoria da produtividade e da qualidade, reduzindo a heterogeneidade entre os produtores e fortalecendo sua posição no mercado; e) formação de cultura tecnológica e gerencial, estímulo às ações associativas, visão regional e de longo prazo, articulação com instituições de fomento e pesquisa, levando em consideração as especificidades da microrregião; f) aprimoramento da cadeia de comercialização e distribuição, utilizando-se estudos técnicos de mercado e de novos produtos (embalagem, divulgação de marcas, pesquisas de mercado, nova utilização de produtos, etc.).

No campo do controle ambiental, sendo sua realidade geral bastante conhecida, as linhas de ação mais importantes são: a) apoiar os investimentos empresariais em controle ambiental e atuar sistematicamente no sentido de regulamentar e

controlar os efeitos ambientais nocivos, decorrentes da expansão urbana e industrial, particularmente da extração e do beneficiamento do mármore e granito e das atividades agrícolas, principalmente do manejo inadequado na criação do gado; b) realizar a extensão do zoneamento ecológico-econômico para a porção litorânea da microrregião, com vistas a ordenar o uso múltiplo desse espaço; considerar o caráter retardatário da faixa litorânea quanto a sua inclusão no processo turístico enquanto elemento de manutenção de reservas ecológicas.

Quanto ao setor industrial da microrregião, as tabelas que seguem nos indicam:

Número de unidades industriais e pessoal ocupado - 1997-1998

Gênero	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Minerais não-metálicos	355	37,02	7.112	43,40
Vest., calç. e art. de tecidos	74	7,72	1.602	9,77
Alimentos	112	11,68	1.571	9,58
Material de transporte	08	0,83	1.492	9,10
Extração de minerais	94	9,80	1.224	7,47
Construção civil	40	4,17	973	5,94
Serv. ind. de util. públ.	18	1,88	453	2,76
Serv. de rep. e cons.	57	5,94	415	2,53
Mecânico	32	3,34	293	1,79
Químico	03	0,31	234	1,43
Metalúrgico	36	3,75	184	1,12
Editorial e gráfica	24	2,50	182	1,11
Têxtil	02	0,21	156	0,95
Mobiliário	33	3,44	104	0,63
Madeira	18	1,88	88	0,54
Borracha	04	0,42	82	0,50
Bebidas	13	1,36	67	0,41
Diversas	13	1,36	59	0,36
Mat. elétr. e de com.	11	1,15	49	0,30
Papel e Papelão	01	0,10	17	0,10
Serviços de informática	02	0,21	17	0,10
Material plástico	04	0,42	10	0,06
Farm. e vet.	03	0,31	05	0,03
Couros, peles e sim.	01	0,10	03	0,02
Perf., sabões e velas	01	0,10	00	0,00
Microrregião (total)	959	100,00	16.392	100,00

Fonte: Fines / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Cachoeiro de Itapemirim	620	64,87	13.104	79,94
Castelo	86	8,91	1.049	6,40
Vargem Alta	71	7,36	574	3,50
Atílio Vivacqua	29	3,00	430	2,62
Mimoso do Sul	41	4,25	358	2,18
Rio Novo do Sul	28	2,90	258	1,57
Bom Jesus do Norte	15	1,55	215	1,31
Presidente Kennedy	06	0,63	107	0,65
Muqui	19	1,97	102	0,62
Jerônimo Monteiro	19	1,97	101	0,62
São José do Calçado	14	1,45	70	0,43
Apiacá	11	1,14	24	0,16
Microrregião (total)	959	100,00	16.392	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	959	15,35	16.392	14,22
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

a) que o gênero minerais não-metálicos (sobretudo a exploração de mármore/granito) é o mais importante da microrregião, considerando-se não somente a geração de empregos (43% do total), mas também o número absoluto de unidades instaladas (37% do total); b) que, ainda no campo da geração de postos de trabalho, os seis segmentos são responsáveis por 85% do total da microrregião: minerais não-metálicos, vestuário, calçados e artefatos de tecidos (leia-se aqui a importância do subsetor confecções de Cachoeiro), alimentos, material de transporte, extração de minerais e construção civil; c) quanto ao número de empresas, além do segmento-líder já citado, outro que merece destaque é o de alimentos, com 11,5% do total da microrregião; d) além da extração de minerais (rochas ornamentais/granito), as demais plantas disseminam-se pelos outros gêneros existentes na microrregião; e) que a cidade-pólo de Cachoeiro de Itapemirim é, de longe, a líder do setor, detendo em seu

território 80% do pessoal ocupado e 65% do total das unidades instaladas;²⁹ f) que a microrregião está muito bem situada no contexto estadual: 15% do total de plantas e 14% do total de pessoal ocupado; caso houvesse uma distribuição mais equilibrada das plantas industriais e pessoal ocupado ao longo do território capixaba, esta “média microrregional” seria de 520 plantas e 9.606 pessoas ocupadas; a microrregião está com quase o dobro das médias.

Quanto ao segmento mármore/granito, o mais importante da microrregião, as seguintes linhas de ação são importantes para sua maior dinamização: a) apoio ao Cetemag no esforço pelo fortalecimento e modernização do complexo; b) investimentos voltados para a elevação de padrão tecnológico destinado a maior eficiência e qualidade do produto; c) maior solidariedade na cadeia extração—beneficiamento—comercialização—transporte, de modo a obter ganhos de escala e maior agregação do produto, em benefício dos atores locais; d) modernização do setor fornecedor de máquinas: um papel importante, não apenas na elevação do padrão competitivo do setor, mas também no enfrentamento aos estímulos à compra de equipamentos extralocais.

Com base no exposto acima, sugere-se, como estratégia geral de atuação dos diversos segmentos governamentais, empresariais e civis, na busca do desenvolvimento da microrregião: modernizar as atividades produtivas que a caracterizam, principalmente os complexos pecuário leiteiro, mineral e a cafeicultura, reforçando o seu caráter empresarial e sua articulação com o capital comercial e industrial, considerando os contextos estadual, nacional e até internacional, consolidando a cidade regional de Cachoeiro de Itapemirim como centro urbano industrial, de serviços e de gestão, capaz de articular interesses das bases produtivas a ela subordinadas, retendo e ampliando nesse espaço a renda aí gerada.

Linhas de ação mais gerais: a) construção da Ferrovia Litorânea Sul, com ramal derivado para a microrregião, que poderá ser articulada com os sistemas portuários, viabilizando a construção de um terminal intermodal de cargas (a exemplo do Tims da Serra), trazendo condições favoráveis à exportação de produtos do complexo mármore/granito; b) implantação de distritos industriais nas áreas mais dinâmicas da microrregião, que poderá abrir perspectivas no âmbito de uma política de ordenamento urbano de Cachoeiro; ainda dentro dessa política, propõe-se a melhoria e/ou deslocamento de alguns equipamentos de abrangência regional, como aeroporto, saúde, educação, etc.; c) consolidação de Cachoeiro de Itapemirim como centro prestador de serviços públicos, concentrando os escritórios dos órgãos responsáveis e os investimentos em infraestrutura de saúde e educação, inclusive na ampliação e interiorização dos cursos da Ufes. Viabilizar a Escola Técnica Federal em Cachoeiro de Itapemirim; d) potencializar a função de lazer para a Região Sul, desempenhada pela faixa

²⁹ Cachoeiro de Itapemirim é o município mais importante do Espírito Santo depois da Grande Vitória. Não somente no segmento industrial, mas também no terciário, sobretudo o dinamismo do comércio local. Somente para efeito de comparação, Cachoeiro possui 205% mais indústrias que Colatina (este com 314), ocupando 97,5% mais pessoal que a cidade polarizadora do Norte (aquela com 8.300 pessoas no setor).

litorânea da microrregião (município de Presidente Kennedy) e integrá-la ao pólo turístico do projeto Litoral Sul; e) Sebrae: ações voltadas para formação gerencial do setor industrial/comercial/serviços; f) Senai: formação de mão-de-obra para operação e manutenção; g) equipamento de porto destinado ao escoamento da produção para aumento de competitividade de embarque — possibilidade de partilha ou parceria.

Mapa da Microrregião Pólo Cachoeiro



É composta por nove municípios: Alegre, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Lúna e Muniz Freire.

Microrregião altamente dependente da cafeicultura (café arábica, de clima frio/temperado), mesclada com pecuária de leite e alguma potencialidade turística, possui três cidades locais completas e uma boa integração com o núcleo urbano de especialização regional.

Esta microrregião situa-se na zona de “diversificação com café”, constituída pela cultura do café arábica mesclada com olericultura, fomento florestal, pecuária e turismo, além da existência das culturas alimentares tradicionais, como milho, arroz e feijão.

Sendo um espaço microrregional vinculado a Cachoeiro de Itapemirim, depende fortemente da modernização do parque cafeeiro diversificado. (Entretanto, um significativo gargalo para este processo de modernização está nos altos custos dos insumos — calcário, fertilizantes em geral e defensivos —, levando a uma baixa utilização destes, além de não proporcionar escalas relevantes para o comércio e indústria locais.)

No campo da comercialização de café, os compradores organizam-se de forma extremamente oligopolizada, dificultando ainda mais os ganhos efetivos dos produtores, sobretudo dos pequenos.

Nos maiores estabelecimentos é desenvolvida a pecuária leiteira.

Vinculada à metrópole (Grande Vitória), integra-se, desta forma, à lógica exportadora, via produção de café.

Do ponto de vista de um projeto global de desenvolvimento, deve-se considerar seriamente a reestruturação da cafeicultura — tecnificação, produção e comercial —, além da modernização da pecuária leiteira, desenvolvida de forma integrada no âmbito dos estabelecimentos rurais, desenvolvendo-se também a olericultura, e ainda buscando-se a integração a projetos empresariais voltados às atividades ligadas ao reflorestamento.

No campo das atividades industriais, como nos mostram as tabelas que seguem, Guaçuí, Lúna e Alegre concentram quase 75% do pessoal ocupado no setor e 72% das plantas existentes na microrregião. Nos outros seis municípios, a atividade industrial é embrionária ou praticamente inexistente (veja o caso de Divino de São Lourenço). Na relação da microrregião com o conjunto do Estado fica claro que sua expressão é mínima, tanto em relação ao número de plantas (3% do total), quanto ao pessoal ocupado (menos de 1% do total do ES).

Número de unidades industriais e pessoal ocupado, por município – 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Guaçuí	68	31,92	401	41,51
Lúna	38	17,84	162	16,77
Alegre	48	22,53	158	16,35
Muniz Freire	22	10,32	96	9,93
Dores do Rio Preto	06	2,81	57	5,90
Ibatiba	13	6,10	42	4,36
Irupi	07	3,28	25	2,59
Ibitirama	08	3,75	17	1,76
Divino de São Lourenço	03	1,40	08	0,83
Microrregião (total)	213	100,00	966	100,00

Fonte: Findes / Ideies

Número de unidades industriais e pessoal ocupado em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998

Discriminação	Unidades	%	Pessoal Ocupado	%
Microrregião	213	3,41	966	0,83
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: Findes / Ideies

As três cidades locais completas presentes na microrregião — Guaçuí, Lúna e Alegre — têm apenas o papel de polarizar o interior; cumpre a Cachoeiro de Itapemirim, a cidade regional mais próxima, atrair vários municípios, e, também, à Grande Vitória (GV) exercer influência significativa sobre os municípios que se localizam próximo à BR-262 Sul. Assim, do ponto de vista do processo de polarização microrregional, existem quatro dimensões relevantes: a) polarização de Lúna; b) polarização de Guaçuí e Alegre; c) polarização de Cachoeiro de Itapemirim; e d) influência da GV.

Além das cidades locais, sedia também quatro “cidades embrionárias” (Divino de São Lourenço, Dores do Rio Preto, Ibitirama e Irupi), com funções de administração municipal, contribuindo, embora pouco, na função de dinamização urbana, via turismo.

Devido à retenção irrisória de ICMS gerado pelo café (principalmente) e outras atividades, as prefeituras locais praticamente não têm nenhuma capacidade de investimento mais significativo, cumprindo apenas o papel de manter minimamente a estrutura urbana em funcionamento, e, mesmo assim, sem significativas obras de ampliação (ou expansão) do urbano em níveis desejáveis e sob o controle das exigências postas pela maioria da população atingida.

No que diz respeito à organização da sociedade civil na microrregião, pode-se afirmar que seu nível é razoável, destacando-se Guaçuí, com 23 organizações registradas, Alegre, com 13, e Lúna com 8 (o grande destaque fica, portanto, com Guaçuí). É importante registrar que várias dessas organizações são comuns aos três municípios, sem contar os consórcios intermunicipais.

Cabe, entretanto, ao Consórcio para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Caparaó o papel de articular as forças vivas das várias municipalidades naquilo que elas têm de comum: o fato de estarem no entorno do Parque Nacional do Caparaó (PNC). Apesar de ainda recente e embrionária, esta é uma iniciativa de vital importância para a microrregião.

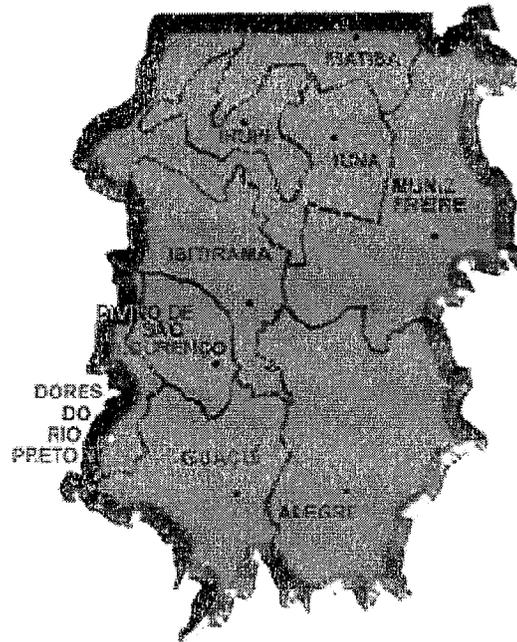
Falando-se em Parque Nacional do Caparaó, não se pode deixar de ligá-lo às favoráveis perspectivas turísticas, constituindo-se um “concorrente” natural às potencialidades da Microrregião Sudoeste Serrana. Assim, mesmo que o turismo, por si só, não consiga dar a dinâmica à microrregião no seu conjunto, pode, porém, desempenhar o importante papel como complementação à lógica socioeconômica dada por uma agricultura fortalecida. Os registros realizados nos nove municípios componentes da microrregião dão conta de uma certa “vocação” natural para o turismo, devido a sua proximidade com o Parque Nacional do Caparaó. Entretanto, observa-se que este é um fator necessário, mas não suficiente. Isto nos aponta para a necessidade urgente de “especialização” de determinados municípios, no sentido do desabrochamento de suas potencialidades naturais e das construídas. Esta questão se faz presente principalmente nas zonas ou áreas deprimidas, sobretudo nas cidades “embrionárias”, que mal conseguem manter-se no seu processo de reprodução simplificado, sempre vinculado à atividade cafeeira. Já as outras, com melhor armadura urbana, mais densas em termos dos chamados “fatores de aglomeração” — Guaçuí, Lúna e Alegre —, com maior capacidade de polarizar o interior, é provável que tenham mais chances nesta busca de definição de um papel enquanto áreas intrarregionais mais especializadas.

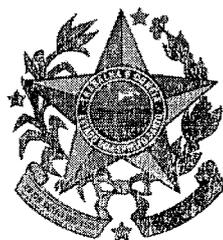
Neste sentido, pode-se afirmar grosso modo que existem duas zonas principais no interior da microrregião: uma primeira, deprimida, estagnada do ponto de vista socioeconômico, que é constituída pelas cidades embrionárias; e uma outra, de transição, composta pelas cidades locais completas, que possuem uma dinamização própria dada pelo processo de diversificação em relação à cafeicultura (este ainda bem limitado, tomando-se como parâmetro a geração de renda intramunicipal), pela presença da bacia leiteira, uma das fortes características da microrregião, pelo nível de organização da sociedade civil e pelo aparato institucional/educacional, este sendo um fator preponderante enquanto alavancador do desenvolvimento econômico.

Cabe, ainda, destacar o papel que Alegre e Guaçuí exercem enquanto centros educacionais mais especializados na microrregião. Em primeiro lugar, devido à presença do Centro Agropecuário da Ufes (Caufes), além da Faculdade de Ciências e Letras de Alegre, com a oferta de nove cursos superiores: Engenharia Agrônômica, Eng. Florestal, Med. Veterinária, Zootecnia, Pedagogia, História, Biologia, Matemática e Letras. Em segundo lugar, registrem-se os cursos de

Administração, Direito e Turismo a serem oferecidos pela Universidade de Vila Velha (UVV) — Pólo Sul. Ainda no campo educacional, é fundamental salientar que existe aí um “elo perdido” (esta reflexão vale para todas as microrregiões do Estado), que se expressa na descontinuidade entre os cursos fundamental e médio (primeiro e segundo graus), normalmente deficientes e desvinculados das várias realidades locais, e o curso superior. Há que se pensar seriamente em cursos profissionalizantes de nível médio, para que haja uma “passagem” de um patamar ao outro. Esta não é uma responsabilidade exclusiva dos poderes públicos (municipal e estadual), mas de toda a sociedade civil organizada na microrregião: gestação de idéias e projetos ousados que possam melhorar significativamente o nível educacional das crianças e jovens, peças-chaves de qualquer modelo de desenvolvimento econômico, com um mínimo de sustentabilidade.

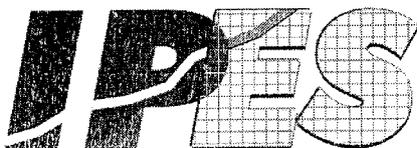
Mapa da Microrregião do Caparaó





**Governo do
Espírito Santo**

**COORDENAÇÃO ESTADUAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES**

Tel/Fax: (027)3324.3888
<http://www.ipes.es.gov.br>
E-mail: ipes@ipes.es.gov.br

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 2.524
Jesus de Nazareth - Vitória-ES
Cep. 29052-015
